

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBÊRLANDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Glauber Luiz Resende Pereira

**MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES:
O JORNAL “O BODE BERRA” COMO INSTRUMENTO DE LUTAS. 1980.**

Uberlândia – MG
Julho, 2009

Glauber Luiz Resende Pereira

**MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES:
O JORNAL “O BODE BERRA” COMO INSTRUMENTO DE LUTAS. 1980.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação da Profa. Dra. Célia Rocha Calvo.

**Uberlândia – MG
Julho, 2009**

GLAUBER LUIZ RESENDE PEREIRA

**MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES:
O JORNAL “O BODE BERRA” COMO INSTRUMENTO DE LUTAS. 1980.**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Célia Rocha Calvo (orientadora)

Profa. Ms. Maria Gisele Peres.

Mestranda Amanda Marques Rosa

AGRADECIMENTOS

A realização da monografia ao final do curso de graduação em História, não por acaso, possui o significado de fechamento de uma etapa fundamental para nosso crescimento pessoal e profissional e, ao mesmo tempo, carrega a responsabilidade de iniciar um novo ciclo de relações com todas as pessoas que, de alguma maneira, foram importantes para que este caminhar fosse realizado com passos cada vez mais firmes.

Assim, gostaria de agradecer a todos os amigos e colegas de faculdade que vivenciaram comigo momentos felizes e outros não tão felizes assim, mas com especial atenção a: Rosane Costa, Vinícius Duarte, Jussara Valéria, Norton Franklin, William Douglas, entre outros!

Os agradecimentos vão à estes amigos e, em especial, à uma figura muito querida e que sempre se apresentou enquanto um irmão durante as discussões em sala de aula e, principalmente, fora dela: ao caro Rafael Guarato dos Santos, mio amico, grazie!

Agradeço também aos professores do curso de História da UFU, em especial à professora Célia que vem me acompanhando em pesquisas desde 2004 e que me orienta também nesta monografia!

E por falar em monografia, faço um agradecimento especial ao Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Telecomunicações de Minas Gerais, à sede de Belo Horizonte e à regional de Uberlândia pelo apoio em disponibilizar solícitamente seu acervo de periódicos para que pudessem ser discutidos por mim neste trabalho, assim como aos trabalhadores que disponibilizaram seu tempo para as entrevistas realizadas na sede sindical ainda em 2007. À todos os trabalhadores do SINTTEL-MG, meu muito obrigado!!!

Além do SINTTEL-MG, agradeço também ao Centro de Documentação e Pesquisa em História – o CDHIS-UFU – por disponibilizar seu acervo do Centro de Documentação Popular (CDP) para minhas pesquisas desde a Iniciação Científica até os dias atuais.

Agradeço à família de tios que me acolheram em Uberlândia quando de mudança para esta cidade para cursar História. Muito obrigado ao Tio Geraldinho, à Tia Silvia, ao Jonathan e ao David por me possibilitarem conviver com vocês!

E, por último, e o mais fundamental em minha existência, agradeço a meus pais e irmãos – José Alves, Laurita, Douglas e Weska – pelo apoio e confiança por todos esses anos de carinho e em especial estes últimos seis anos em que morei longe (apenas fisicamente) em Uberlândia! Meu muito obrigado à todos vocês!!!

**"A história se insere na luta de classes;
ela nunca é neutra, nunca está acima da peleja".**
(JEAN CHESNEAUX)

RESUMO

Esta monografia procura debater sobre as experiências dos trabalhadores em empresas de telecomunicações em Minas Gerais a partir da análise de linguagens que são articuladas enquanto práticas de contestação dos trabalhadores, como modos de demonstrar sua preponderância em elaborar seus reclames, demonstrando seus sentimentos, valores e projetos experimentados no ambiente de trabalho. Para isso, busquei refletir sobre a constituição de sua imprensa sindical, como registros que exprimiam suas contradições, interpretações e experiências socialmente acumuladas no processo do fazer-se destes sujeitos sociais, além das narrativas orais para discutir como hoje alguns esses trabalhadores entendem e discutem seu passado de lutas.

Palavras-chave: Trabalho, Memória, Imprensa Sindical, Linguagens.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	24
FIGURA 2	25
FIGURA 3	27
FIGURA 4	52
FIGURA 5	55
FIGURA 6	57
FIGURA 7	60
FIGURA 8	62

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	08
CAPÍTULO 1.....	21
CAPÍTULO 2.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
FONTES.....	68
NARRATIVAS ORAIS.....	69
BIBLIOGRAFIA.....	70

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A monografia que aqui se segue procura refletir sobre experiências de trabalhadores das empresas de Telecomunicações de Minas Gerais que disputaram o acesso e permanência no sindicato da categoria – o SINTTEL-MG – como meio de intervenção política desses trabalhadores na década de 1980. Este momento de luta é trabalhado com especial atenção por apresentar um intenso diálogo entre os sujeitos que ali viveram expectativas e experiências de luta, no ambiente de trabalho, e em suas realizações, tendo como referência a influência que exerceram no crescimento e amadurecimento das atividades sindicais combativas naquele período.

A escolha por analisar as discussões acerca dos trabalhadores em telecomunicações mineiros foi sendo construída durante a minha participação em um projeto de Iniciação Científica (I.C.), fomentado pelo CNPq, entre os anos de 2004 e 2006 nesta universidade. Naquele momento, tive a oportunidade de desenvolver a temática “*Imprensa e Movimentos Populares – Uberlândia: décadas de 80 e 90*” dentro de um projeto mais amplo e sob a orientação da Profa. Dra. Célia Rocha Calvo, do Instituto de História – INHIS-UFU – intitulado: “*Cultura e Cidade. A Vida Urbana nas Memórias e Muitas Histórias*”.

O trabalho desenvolvido no projeto de Iniciação Científica esteve relacionado à análise e investigação dos registros enquanto memória de luta de movimentos sociais em Uberlândia e que estavam catalogados pelo Centro de Documentação Popular (CDP)¹ locado no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) da Universidade Federal de Uberlândia. Esses registros eram fundamentalmente panfletos, cartazes e jornais de vários movimentos sociais, como: o sindical, o de partidos políticos, de luta pela terra, entre outros. E todos tinham em comum o registro das lutas sociais e dos modos particulares em analisar o

¹ Sobre a organização do acervo do CDP na Universidade Federal de Uberlândia, após sua doação em 1992, foram feitas monografias que discutem a estruturação da documentação feita pelo Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS – orientadas pelo Prof. Dr. Paulo R. Almeida com os alunos Robson Laverdi e Leila Almeida (todos do curso de História), sob o fomento do CNPq, onde estes buscaram organizar, preservar e tornar pública essa documentação visualizando a importância desse material em momentos de transformação na sociedade brasileira, percebendo sua importância como memória de embates políticos e sociais.

momento vivido por cada um desses vários grupos e sujeitos, fundamentalmente nas décadas de 1980 e 1990².

A partir das análises dessa variedade³ de movimentos sociais existente na cidade, o movimento dos trabalhadores em telecomunicações chamou minha atenção pela variedade de sujeitos que esta categoria abarca, além das reflexões que esses trabalhadores realizaram em seu periódico sobre suas lutas no dia-a-dia, seja nas reportagens seja com as charges.

Foi fundamental esse momento de pesquisa em um programa de Iniciação Científica para ampliar as leituras e discussões acerca de uma perspectiva da História Social fundamental para as discussões que serão tratadas no interior desta monografia. Principalmente, pelo contato mais estreito com a historiografia que se debruça por analisar e contribuir com discussões sobre intervenções no meio social, auxiliando-me a apreender modos e significados com que os diversos sujeitos sociais atuavam para a transformação social.

O que privilegio com este trabalho é a análise e o debate sobre como as ações operadas pelos trabalhadores telefônicos em Minas Gerais forjaram suas lutas por melhorias no ambiente de trabalho, no relacionamento com as chefias e em questões salariais. Somado a isto, entender também como esses embates ganharam contornos mais precisos de luta do movimento sindical no país que ainda era governado por militares e que possuía sérias restrições a um movimento mais democrático de diálogo com os trabalhadores.

Para trabalhar nesta perspectiva de análise foi preciso considerar a diversidade de ações e interferências dos trabalhadores a partir do que a própria categoria estabeleceu como sendo reclames fundamentais nas inter-relações dos trabalhadores e no relacionamento com as 'Teles'.

Assim, o periódico do sindicato – O Bode Berra – é fundamental para se analisar as memórias e experiências sociais dos telefônicos registradas enquanto denúncias, urgências e projetos desses trabalhadores no seu presente vivido da década de 1980. Além disso, conversei com trabalhadores que viveram e atuaram no período de transformações das relações entre esses trabalhadores e as empresas como um meio de se por em debate duas noções de memória que se inter-relacionam: as memórias registradas nos periódicos e as memórias narradas por personagens que viveram esse passado de lutas, mas que se referem à elas no presente.

² A década de 1990 possuía uma quantidade muito menor de registros disponíveis no CDP.

³ Havia no CDP 66 títulos de periódicos diferentes.

[...] a imprensa sindical, que nasce e se fortalece no meio operário brasileiro, é relativamente recente; ela nasce a partir de meados da década de 70, quando se inicia o processo de enfrentamento do sistema pelas vias legais, fortalecendo-se nos primeiros anos da década de 80. [...] Do ponto de vista da elaboração intelectual do jornal, também existe uma mudança notável: já não é o operário ou o intelectual diretamente ligado ao meio operário aquele que faz a notícia; é um jornalista profissional, assalariado, geralmente trabalhador da empresa gráfica, ou um jornalista profissional, funcionário do sindicato, o responsável pelo jornal. [...] ⁴

Para além das articulações elaboradas pela Imprensa Sindical e pelos novos personagens que entravam à cena social⁵, que se encontravam em grande efervescência no início da década de 1980, esta fonte é analisada também como um vasto acervo de memória desta categoria de trabalhadores naquele período, principalmente porque esta memória é compreendida enquanto prática política que elabora um mote de discussões que buscam superar, por meio da pressão política dos trabalhadores, um estado de desconforto quanto aos anseios de conquistas de direitos sociais, condições de trabalho favoráveis e por acessos a bens de consumo.

Deste modo, a proposta está relacionada em refletir acerca da produção desta imprensa operária e popular privilegiando esta fonte enquanto registro da memória de luta dos trabalhadores. Assim, importa estabelecer análises com o propósito de entender como esses documentos exprimiam as contradições, interpretações e *'experiências'*⁶ socialmente acumuladas no processo do fazer-se destes sujeitos sociais, bem como o entendimento dos conflitos vividos numa relação tensa vivida nos ambientes de trabalho.

É com a problematização desses registros e, fundamentalmente, na percepção das experiências de luta dos trabalhadores que podemos compreender a cultura como o campo de luta privilegiado desses sujeitos. E, com isso, possibilita ainda a discussão de noções caras à História Social como é o caso de termos como 'cultura', 'experiência', 'trabalho'.

Entretanto, mesmo percebendo que estes conceitos podem – e devem – possuir diferentes perspectivas a discussão de conceitos faz-se ancorado em métodos e ferramentas próprias do trabalho do historiador que não são fixas nem, tampouco, imutáveis, o que, por vezes não é compreendido por outras ciências sociais. Assim, segundo Thompson, o estudo da história...

[...] necessita de um tipo diferente de lógica, adequada aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num único momento -

⁴ FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo-SP: Ática, 1988. p. 54.

⁵ SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

⁶ THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: **A miséria da teoria: ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182.

manifestações contraditórias, cujas evidências particulares, e, ainda, cujos termos gerais de análise (isto é, as perguntas adequadas à interrogação da evidência) raramente são constantes e, com mais frequência, estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico: assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas.⁷

O movimento de análise dos fenômenos sociais procura não cristalizar no trabalho do historiador conceitos, fontes e elementos que impossibilitem o intercâmbio de noções e conceitos caros às demais ciências sociais e que, a cada momento, tornam-se fundamentais para se buscar novas perspectivas na investigação social.

A produção social das muitas memórias denuncia a variedade de interesses e interpretações possíveis a partir do que os trabalhadores experimentaram no seu relacionamento com as empresas em ambientes onde a hierarquia do comando empresarial, muitas vezes, era composta enquanto mando pessoal e autoritário que extrapolava as noções de direitos sociais desses trabalhadores, onde poder-se-ia perceber a intenção de construir relações não mais de trabalho, mas de mando e subserviência.

A reflexão sobre os registros do “O Bode Berra” exprime-se também na urgência em se tornarem públicas outras formas de entendimento e percepção das relações sociais estabelecidas como registros das outras histórias até então silenciadas no processo de difusão de uma memória hegemônica.⁸

Os objetivos desta pesquisa permeiam o entendimento de como esses registros de memória encontram-se imbricados nas teias de disputas entre trabalhadores telefônicos e empresas, não deixando de perceber que o ambiente social vivido no Brasil até os anos 1980 estava imerso em um regime político não-democrático vinculando uma postura autoritária enquanto relação estabelecida entre Governo e Sociedade e, também, nas relações entre empresas de telecomunicações e trabalhadores.

A memória social destes trabalhadores, neste sentido, ganha importância por constituir meio de disputas entre classes e grupos sociais, cujos interesses pelo poder e pelo controle da vida social e produtiva emergem como focos de tensão na sociedade. Assim sendo, entendo a memória como prática política que privilegia o fazer de grupos que se opõem a uma memória que se quer hegemônica estabelecendo outras histórias no processo de embates sociais.

Devemos incluir todas as maneiras pelas quais um sentido do passado é construído em nossa sociedade. Isto não toma, necessariamente, uma forma escrita ou literária. Muito menos se enquadra em padrões acadêmicos de conhecimento ou em cânones

⁷ Ibid., p. 48.

⁸ Ver em: CALVO, Célia Rocha - **Muitas memórias e histórias de uma cidade:** lembranças e experiências de viveres urbanos. Uberlândia. 1938-1990. Tese (Doutorado em História) Programa de Estudos Pós-Graduados em História. PUC-SP, São Paulo, 2001.

de veracidade. A história acadêmica tem um lugar especial dentro de um processo muito maior. Chamaremos isto de ‘a produção social da memória’.⁹

Com a perspectiva de analisar “O Bode Berra” enquanto registro das memórias de trabalhadores telefônicos que, na década de 1980, buscaram uma relação diferenciada e nova entre trabalhadores e empresas de Telecomunicações mineiras, deparamo-nos com questões que fomentaram ainda mais as discussões desta pesquisa: como pensar essas memórias vinculadas às experiências sócio-culturais de trabalhadores em Minas Gerais, nesta região que possui características singulares quanto aos trabalhos já privilegiados pela historiografia em grandes centros, como Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo? Como não tecer uma compreensão que simplesmente leve a pensar a luta dos trabalhadores das telecomunicações como reflexos da organização de movimentos sindicais e populares construídos naqueles grandes centros?

Deste modo, o desafio é não apenas de valorizar esses registros, mas compreendê-los com intensidade suficiente no interior de uma dinâmica social de lutas, experimentadas nos meandros e diversidade da divisão social do trabalho e no modo como esse processo, de reordenação das relações no interior da empresa, foi vivido pelos trabalhadores em Minas Gerais. É no interior dessa especificidade e singularidade que discuto a natureza social e política desses registros

Com essas preocupações este trabalho se aproxima ao que Déa Ribeiro Fenelon reflete sobre perspectivas de investigação da História Social:

Partimos, portanto da premissa de que toda a gama de lutas e de movimentos sociais, populares, que marcam hoje a nossa vivência histórica pode ser vista como expressão de uma luta dos trabalhadores para se constituírem em novos sujeitos políticos, sobretudo nas condições de dominação e exploração vividas no Brasil e em outras sociedades capitalistas.¹⁰

Por isso, é fundamental analisar este período considerando a necessidade sócio-cultural desses trabalhadores em perceberem-se enquanto sujeitos, capazes de intervir e projetarem-se como sujeitos políticos nas disputas sociais. São essas formas de atuar em conjunto na sociedade que se procura valorizar, uma vez que dão visibilidade pública a esses personagens que formulam, propõem e disputam a transformação social.

⁹ GRUPO MEMORIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al* (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 283.

¹⁰ FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação. **Projeto História**. São Paulo: Educ, 1985. p. 25.

É a partir dessas considerações que problematizo a importância de se “inverter a relação passado-presente”¹¹, discutida por Fenelon quanto à relação dos historiadores que refletem sobre suas preocupações no tempo presente. Isso significa dizer, que se deve assumir que o objeto do historiador não é necessariamente o tempo, o passado, mas sim as relações do homem no seu tempo. Significa ainda assumir que nosso trabalho está em buscar compreender as transformações por que passa a sociedade através de problemas e inquietações que nos assolam no presente; presente este dinâmico e que revela possibilidades múltiplas que podem ou não serem apreendidas pelo trabalho do historiador.

[...] a História é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas sim “um tempo saturado de agoras”, como disse Benjamin, precisamos fundar um conceito sobre este presente e este agora, pois é com ele que vamos preencher o tempo histórico, sempre assumindo o campo imenso de possibilidades que ele representa para os “fazedores da história” em todos os níveis e concepções.¹²

Esta tensão torna-se evidente na expressão dos processos de dominação e resistência que foi vivenciada pelos telefônicos mineiros no relacionamento com as Teles. O conflito entre interesses distintos é fundamental para buscar o entendimento das transformações dessas relações e suas atribuições na vida dos trabalhadores.

Pensar a história como toda experiência humana entendida sempre como experiência de classe que é de luta, e valorizar a natureza política dessa luta, significa considerar então que a história real é constituída por homens reais, vivendo relações de dominação e subordinação em todas as dimensões do social, daí resultando processos de dominação e resistência.¹³

Esta perspectiva em se pensar a história refletida pelas pesquisadoras da PUC de São Paulo¹⁴ aponta para uma abordagem em que não haja separações entre o social, o econômico, o político e o cultural, aproximando, assim, ao que as autoras entendem por uma História Social que investiga sujeitos reais em lutas reais. Este modo de refletir acerca da pesquisa revela a preponderância em se discutir, a partir de uma realidade de tensão, as ações, significados e interpretações das múltiplas vivências dos sujeitos, contrapondo visões generalizantes que buscam construir modelos explicativos mais rígidos.

¹¹ Id. O historiador e cultura popular: história de classe ou história do povo? **História e Perspectiva**, nº. 6. Uberlândia: EdUFU, jan./jun.1992.

¹² Ibid., p. 6.

¹³ VIEIRA, Maria do Pilar de A.; PEIXOTO, Maria do Rosário da C.; KHOURY, Yara M. A. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989. p. 17.

¹⁴ Especificamente as autoras do livro “A pesquisa em história”, Maria do Pilar de Araújo Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Khoury.

Esse modo de interpretar o conflito, buscando pelo sujeito vivo, ativo, composto por suas vivências num presente, que é determinado, instigou-me a analisar as experiências sociais desses trabalhadores para poder apreender ao máximo o dito e o “não-dito” nas fontes.

As análises feitas com o periódico “O Bode Berra” enquanto registro das tensões e dos projetos políticos dos telefônicos compõem as discussões de uma imprensa operária forjada pelos e para os trabalhadores e, por isso, as reflexões de Maria Nazareth Ferreira, em seu livro *Imprensa Operária no Brasil*, contribuíram para o entendimento da ação dos trabalhadores em produzir sua imprensa:

O veículo de comunicação da classe trabalhadora [...] não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc. produzido pela coletividade e para ela mesma. O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização.¹⁵

As reflexões de Ferreira contribuíram para este trabalho por situarem os registros elaborados pelos trabalhadores como resultado de suas discussões e preocupações quanto ao relacionamento que tinham com as empresas de telecomunicações.

A autora, no trabalho citado, estabelece três momentos distintos de atuação da imprensa operária no Brasil, os quais não me aterei neste momento, exceto por um fator que modificou e moldou a elaboração dos periódicos no processo de desenvolvimento desta imprensa.

Segundo Ferreira, ainda no princípio da formação dos jornais operários no Brasil (na fase Anarcossindicalista), havia um sujeito que possuía grande responsabilidade na confecção deste jornal: o tipógrafo. Por este passavam todas as etapas da elaboração dos periódicos – desde a escrita das matérias e discussões levadas pelos próprios trabalhadores até a impressão final e parte da distribuição. Já a partir da atual “fase” - a Sindical – na constituição da imprensa operária, a figura do tipógrafo perde seu lugar para o jornalista profissional, que era pago para escrever as reportagens seguindo a linha de opinião dos editores, ou, como no caso do SINTTEL, da diretoria do sindicato, onde *“evidentemente, essa mudança corresponde às modificações ocorridas na sociedade brasileira, na evolução tecnológica e na composição da nova classe operária brasileira, principalmente nos grandes centros industriais.”*¹⁶

A produção social da memória que permeia a constituição destes documentos periódicos são atividades do trabalho de um conjunto vasto de sujeitos que buscavam sanar as

¹⁵ FERREIRA, Maria Nazareth. op. cit., p. 6.

¹⁶ Ibid. p. 54.

disparidades impostas pelas empresas. Por isso, compreendo estes documentos enquanto práticas sociais de resistência às imposições e restrições de grupos dominantes e, mais ainda, como relato vivo das memórias dos sujeitos envolvidos nestes conflitos, expressando o lugar social em que eles se inseriam.

Assim, a temporalidade histórica, na qual esteve situada a produção destes registros de memória popular (década de 1980), coloca o desafio de não apenas valorizar esses registros enquanto uma produção dos trabalhadores, mas de compreendê-los em uma dinâmica social de lutas, conquistas e derrotas, experimentadas nos meandros e diversidades vividas nas relações entre trabalhadores e empresas de telecomunicações de Minas Gerais. São essas formas de atuar em conjunto na sociedade que se procura valorizar, uma vez que dão visibilidade pública a esses sujeitos que formulam, propõem e disputam a transformação em seu meio de trabalho.

A partir das análises elaboradas com “O Bode Berra”, interessa entender e discutir os sentidos que as variadas linguagens que o compõem podem auxiliar na investigação histórica. Contudo, com o cuidado de entendê-las no momento histórico em que são elaboradas, tomando cuidado com os sentidos atribuídos à sua elaboração. Para isso, é fundamental a discussão que Marcos Silva estabelece sobre o uso de variadas linguagens enquanto fontes para o historiador.

Mais ainda, o interesse pelo debate de História e Linguagem em relação ao tema do Trabalho envolve a preocupação com a tarefa crítica de desenvolver um conhecimento histórico que se saiba prática política e enfrente a necessidade de desmontar os discursos que o constituem como lugar da erudição neutra, à maneira da História historizante.¹⁷

A análise da imprensa sindical e suas linguagens, a partir de situações vividas pelos trabalhadores “vivendo relações de dominação e subordinação em todas as dimensões do social”, para citar as autoras Vieira, Peixoto e Khoury, compõe o acervo de fontes que dispomos neste trabalho.

Portanto, importa trabalhar “O Bode Berra” como fonte de pesquisa que se soma aos anseios de se compreender como esta *Imprensa Operária* discute as experiências e projetos (de trabalho/vida) dos trabalhadores no relacionamento com as chefias das empresas de telecomunicações mineiras.

[...] uma questão que se coloca para o historiador é observar quem produz uma dada linguagem, para quem produz, como a produz e quem a domina. Tudo isso coloca a

¹⁷ SILVA, Marcos A. da. O trabalho da Linguagem. In: **Revista Brasileira de História**, nº. 11, vol. 6. São Paulo, 1986. p. 52.

questão da luta pelo direito à expressão e da luta dos dominados pelo direito de se apresentar na cena histórica como sujeitos. Daí decorre para o historiador a necessidade de não ver a linguagem como neutra ou “despolitizada”, mas pensada “dependendo de um mercado, garantindo certas modalidades de relações sociais e colaborando na constituição de certa memória”.¹⁸

No momento em que se procura explicitar acerca de problemas sentidos no social – nas sensações e percepções quanto ao que é observado como ação política - não é difícil observar que existem registros desenvolvidos pelos mais diversos sujeitos que dialogam com essas querelas. O modo com que cada grupo expõe suas aspirações e carências indica-nos, como sinais, que estes sujeitos participam das relações conflituosas do social.

Mesmo com todas as possibilidades interpretativas que “O Bode Berra” nos possibilitava pensar, senti a necessidade de também realizar um contato mais estreito com aqueles trabalhadores que produziram o jornal no período em estudo, ou seja, logo nas primeiras edições do mesmo, no ano de 1980.

Para isso, fui à sede do SINTTEL em Belo Horizonte para ampliar o acervo documental de fontes para esta monografia, tanto com a busca de mais exemplares do “O Bode Berra” quanto para entrevistar alguns personagens que viveram este período de mudanças quanto a gestão do sindicato e das lutas promovidas pelos trabalhadores. Tornava-se importante buscar elementos que auxiliassem na compreensão de significados atribuídos ao periódico por esses sujeitos, além de possibilitar a elucidação de conflitos e situações observados no periódico.

Ao chegar à sede do sindicato mineiro, em junho de 2007, deparei-me com uma situação inusitada: estava ocorrendo o pleito para decidir o “novo” comando do sindicato. Com isso, o sindicato que já era um ambiente movimentado durante os dias de trabalho comuns, neste dia passava por um ambiente de grande excitação e expectativa, o que dificultava o contato com os trabalhadores por tempo suficiente para se fazerem maiores considerações acerca do motivo de minha presença ali. Deste modo, ative-me ao trabalho de catalogação dos periódicos que não existiam no acervo do CDP nem na sede regional do SINTTEL em Uberlândia, referentes à primeira metade dos anos 1980.

Passado o período de maior agitação no sindicato foi possível conversar com vários sujeitos ali presentes – trabalhadores, antigos e novos, dirigentes, aposentados etc. – contudo pelo caráter estritamente rápido que estas se davam não foi possível realizar a gravação de boa parte dos diálogos que tive nesse momento, como: durante o almoço e nos breves contatos nos corredores.

¹⁸ VIEIRA, Maria do Pilar de A. *et al.* op. cit., p. 20.

Assim mesmo, foi possível gravar as entrevistas de dois profissionais do quadro de aposentados do SINTTEL e que estavam presentes nas disputas do sindicato ainda na década de 1970 até meados da de 1990, que foram o Sr. Carlos Fernandes da Costa - ex-dirigente - e Afonso Dolabela Bicalho Filho, ambos membros do departamento de aposentados do sindicato. Além deles a Sra. Ruth de Lurdes da Conceição Costa que começou a trabalhar nas empresas do setor ainda na década de 1980 e iniciou sua atuação no sindicato em 1995 no departamento de saúde, onde estava locada até o ano de 2007.

As primeiras conversas no ambiente sindical se deram ainda no departamento de imprensa do sindicato, com os jornalistas responsáveis pela elaboração do periódico atualmente. Durante esse contato mais próximo com os trabalhadores no SINTTEL fui apresentado à Sra. Fátima, que foi por muitos anos Diretora de Formação Sindical. Infelizmente, com a Sra. Fátima, não foi possível gravar uma conversa, tanto pela grande quantidade de barulho nos momento em que encontrávamos quanto pela alta procura da sindicalista durante o momento de tensão das eleições sindicais. Entretanto, ela foi a pessoa que me possibilitou fazer contatos com outros trabalhadores que ali estavam, auxiliando-me inclusive no acesso aos diretores e ex-diretores sindicais para conversas que registrei e que as problematizo nesta monografia.

A primeira entrevista gravada foi realizada com a Diretora do Departamento de Saúde, Ruth Costa¹⁹, a quem me foi apresentada pela Sra. Fátima. Não houve conversas anteriores com esta diretora e, durante a entrevista, a Sra. Ruth Costa procurou contribuir para esta pesquisa informando aspectos particulares do setor em que atua, o de saúde. Além disso, informou-me o que, para ela, foi o relacionamento entre o sindicato e as empresas de telecomunicação em Minas Gerais.

Um dia após a conversa com a Sra. Ruth Costa foi marcada a entrevista com o Sr. Carlos Fernandes da Costa e com o Sr. Afonso Dolabela Bicalho Filho. O Sr. Carlos Fernandes procurou estabelecer o diálogo a partir das suas vivências enquanto dirigente sindical e, assim, por vezes se entrelaçavam à sua história pessoal refletida em suas vivências enquanto sindicalista e os sentidos construídos por ele das lutas dos trabalhadores e do sindicato. Diferentemente desta entrevista, o diálogo com o Sr. Bicalho Filho esteve relacionado com as interpretações deste trabalhador sobre suas experiências no setor de Recursos Humanos/Treinamento sob a perspectiva de como suas ações – enquanto

¹⁹ Desde 1995 atuando no sindicato, a Sr^a. Ruth Costa levanta contundentemente o problema motor causado nas telefonistas pelo excesso de trabalho de digitação. A principal bandeira de trabalho à época foi o trabalho com as CIPA's (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

trabalhador que qualifica outros trabalhadores, por meio do treinamento – foram fundamentais para o desenvolvimento da Telemig. Os diálogos com os três entrevistados serão aprofundados ainda no primeiro capítulo deste trabalho.

O trabalho com estas narrativas orais é parte do caminho metodológico que busco para analisar e discutir as transformações ocorridas no ambiente de trabalho dos telefônicos de Minas Gerais. A narrativa oral, assim como, periódicos, cartas, charges e toda uma gama de elementos elaborados pelo e para os trabalhadores emergem como possibilidades de discussão para o trabalho do historiador, sempre respeitando os limites de cada fonte, assim como suas perspectivas de análise.

Do mesmo modo em que buscamos perceber quem são os autores de uma reportagem/reflexão, suas percepções políticas, sua relação com o público alvo – colaboradores – e com os representantes dos interesses das empresas, com as narrativas orais houve também preocupações em se compreender a pessoa que fala, sua trajetória, intenções no discurso, sentidos sensíveis ao mesmo, enfim, procura-se interpretar essa fonte de modo criterioso para que a historiografia em elaboração possua uma abordagem plural, sem que esta escrita seja uma mera transcrição de passagens de vida de um narrador.

O que é importante ressaltar, neste momento, em uma discussão sobre fontes orais são os sentidos de que se fala, ou, segundo Portelli, “é aquela que nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*”²⁰; são as transformações nas relações de trabalho que os depoentes sentem em relação a um processo de mudanças vivido por eles em um passado próximo (anos 1980), mas situados em um presente de constantes transformações.

Esta perspectiva em se trabalhar com a História Oral para a formulação de uma abordagem historiográfica mais consistente contribui para eliminar uma antiga dualidade, em que era clara a distinção entre a História – institucionalizada na figura do historiador, como único apto a escrevê-la – e a oralidade e, porque não, a memória, que estabelecidas “hierarquicamente abaixo” do conceito de História, eram dirigidas a um conhecimento perene e sem “*status*” suficiente para permear uma análise ‘confiável’ da história, dita, oficial.

Deste modo, as reflexões do italiano Alessandro Portelli vêm contribuindo com procedimentos e olhares políticos em sintonia com este trabalho. Em uma de suas reflexões²¹, foi relacionado na busca e registro de dialetos de algumas regiões do centro-sul da Itália, com

²⁰ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, nº. 14, São Paulo: EDUC, 1981. p. 31.

²¹ Id. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.

a Toscana. Daí, pode-se observar que seu trabalho inicial era o de coletar apenas as vozes daqueles sujeitos que viviam nas regiões menos industrializadas da Itália e, posteriormente, esteve relacionado à sua curiosidade acerca do conteúdo que estava sendo transmitido naqueles momentos de maior contato com os trabalhadores locais.

Observa-se que o desenrolar de um assunto de caráter abertamente político na Itália dos anos 1970 era feito de modo mais cuidadoso, visto que era possível algum tipo de repressão quanto à disseminação de ideologias que fossem contrárias ao seguido pelo governo italiano. Assim, para se conhecer aquilo que é interior dos sujeitos que estão em conflito com a ordem social não basta uma relação de entrevistador, de um lado, e entrevistado, do outro. As intenções de quem elabora uma pergunta são interpretadas pelo depoente, assim como suas respostas pelo entrevistador. Existe aí uma dupla relação de intencionalidades, onde ambos procuram não se apresentar de modo muito nítido justamente pelo desconhecimento de quem é a pessoa com quem está se relacionando.

Alessandro Portelli sugere isso quando entra em contato com moradores toscanos que faziam poesia antiga e cavalheiresca e compartilhavam com seus pares essa fonte de tradição italiana, em um de seus trabalhos, e assim se refere à relação entre ele e seu depoente:

Parecia que, enquanto eu o estudava, ele e as suas respostas, ele tinha permanecido estudando-me, e a minhas perguntas, e percebeu de que lado eu me encontrava. Isto me ensinou que há sempre dois temas para uma situação de campo, e que os papéis do observado e do observador são mais fluidos do que poderiam aparentar à primeira vista.²²

A profundidade do que pode vir a ser a entrevista depende muito de uma relação de troca entre os sujeitos envolvidos. Troca, no sentido de que o entrevistador faça-se (re) conhecer pelo entrevistado, que esse possa aproximar-se do entrevistado de modo não-hierárquico ou, segundo Portelli, no sentido de igualdade entre ambos. Haja vista que o entrevistado relatará ao entrevistador aquilo que ele entender como importante em seu discurso, selecionando os momentos à serem interpretados pelo sujeito que escreve a história, no caso o pesquisador.

Esta situação de fluidez entre quem observa e quem é observado, de que Portelli faz referência, foi também sentida por mim durante as entrevistas realizadas em Belo Horizonte, principalmente nos diálogos estabelecidos com os senhores Carlos Fernandes e Afonso Bicalho, possivelmente porque antes de registrar os diálogos já existiram conversas com ambos os trabalhadores, que, mesmo aposentados, são ainda ativos no sindicato.

²² Ibid., p. 8.

Estes momentos se deram a partir de conversas nos corredores do sindicato quando fui apresentado pela Sra. Fátima, a diversos pequenos grupos de trabalhadores ali reunidos, como estudante de Uberlândia que fazia uma pesquisa sobre os telefônicos mineiros. Assim, foi possível tecer várias conversas com os sujeitos que participavam²³ das eleições no sindicato e, deste modo, perceber o cuidado dos entrevistados com a escolha das palavras, com as posturas políticas que procuravam demonstrar como uma forma consciente de registrar suas memórias ante um historiador, ante um personagem social que desenvolve habilidades para discutir e registrar o que foi caro aos trabalhadores em suas trajetórias de embates e, por isso, importante como registro de um processo histórico vivido por esses trabalhadores que possuem suas próprias versões dos acontecimentos.

Deste modo, não é possível relatar a existência de técnicas para que o entrevistador entre na individualidade do entrevistado, tampouco como fazer com que a fonte diga o que “queremos ouvir”. Este não é o objetivo do trabalho com narrativas orais! Importa perceber o que é elaborado como importante pelo entrevistado. O não-dito, o nervosismo, a linguagem que dificilmente pode ser captada por um manuscrito, mas que em uma narrativa vivida pelo entrevistador, toma contornos mais claros, definidos e encontra guarida neste trabalho.

Assim, para trabalhar com a variedade de temáticas que discuto nesta monografia, proponho dividi-la em dois capítulos:

No primeiro capítulo, procuro discutir as transformações operadas pelos trabalhadores telefônicos no princípio da década de 1980 enquanto marco no processo de luta da categoria que passou a articular-se em uma nova ação de luta e que tensiona seu relacionamento com as empresas do setor. Para isso, são fundamentais as discussões das narrativas orais, assim como as reportagens criadas e difundidas pelo jornal do sindicato, “O Bode Berra”.

No segundo capítulo, analiso as influências de uma linguagem muito particular que são as construções satíricas das charges que se encontram veiculadas no “O Bode Berra” e que são muito mais que momentos risíveis. Estão relacionados a uma postura crítica enquanto práticas de contestação que procuram, com o humor, levar o trabalhador à reflexão do seu cotidiano.

²³ Entendo essa participação como a presença dos trabalhadores tanto nas chapas que concorriam ao pleito quanto aqueles que participavam das discussões no sindicato.

CAPÍTULO 1

O BODE BERRA E A (RE) ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SINTTEL-MG NA DÉCADA DE 1980

A proposta deste capítulo está em discutir acerca das ações que os trabalhadores do SINTTEL-MG - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais - realizaram em seu meio sindical através de uma proposta de luta e mobilização da categoria que ganhou grande impulso a partir de 1980.

Uma importante ação desenvolvida nesse período foi a criação do jornal do sindicato, chamado “O Bode Berra”, e fonte fundamental para as reflexões que se seguirão neste trabalho monográfico, sobretudo nas reportagens em que discutiam as propostas políticas dos trabalhadores que dirigiam o sindicato e nas denúncias vindas do cotidiano e dos diversos atores que compunham o SINTTEL-MG.

Deste modo, inicialmente vou tecer algumas considerações quanto à origem e aos formatos que esta fonte possuiu durante a década de 1980 para perceber como a discussão de um novo instrumento de intervenção e mobilização dos trabalhadores foi elaborada. Posteriormente, refletiremos sobre como suas memórias foram discutidas nas páginas d’O Bode Berra.

O periódico “O Bode Berra”, do SINTTEL-MG, teve sua primeira publicação em abril de 1980 como um meio de veicular junto aos trabalhadores as idéias e as diretrizes da chapa de oposição ao sindicato naquele momento e com vistas a concorrer às eleições sindicais que se aproximavam em junho do mesmo ano.

A idéia de se batizar o novo jornal com o nome de “O Bode Berra” esteve associado aos instrumentos utilizados pelos trabalhadores que reparavam as redes externas e instalações de telefone²⁴, com um equipamento chamado Badisco, que era apelidado de “bode”²⁵, e o “berro”, é a arma de denúncia da categoria, são seus próprios reclames.

²⁴ Jornal O Bode Berra, nº. 1, jul. de 1980. p. 1.

O periódico foi constituído para ser um lugar de atuação dos trabalhadores e de mobilização da categoria, como é afirmado em seu primeiro editorial, quando expõe algumas atividades criadas pela diretoria recém-empossada:

[...] criou também um jornal mensal (O Bode Berra!) para denunciar violações da legislação trabalhista, prestar esclarecimentos sobre a mesma aos associados e ao mesmo tempo servir de veículo de comunicação e prestação de contas da atuação da Diretoria.

Nosso trabalho está sendo marcado pela concepção de que um sindicato deve ser independente de qualquer religião, agremiação esportiva ou partido político. Nosso compromisso e referência sempre foi e será a categoria.²⁶

Os trabalhadores que compunham a diretoria do sindicato procuravam, com este periódico, estabelecer uma relação mais próxima entre o sindicato e a categoria de trabalhadores de empresas de telecomunicação, mais especificamente em Minas Gerais. Emerge, neste momento, a preocupação em tornar pública as ações dos trabalhadores em uma “concepção” de trabalho sindical independente, fundamentalmente, da empresa – Governo – e de partidos políticos, indo ao encontro de sua autonomia nas lutas por melhores condições de vida-trabalho.

Esta postura elaborada no SINTTEL-MG é compartilhada por Paulo Roberto de Almeida, quando discute a organização dos trabalhadores no período da abertura política no Brasil, mais precisamente, na discussão dentro do próprio movimento sindical que passava a valorizar as experiências dos trabalhadores na organização de suas lutas:

Significava reconhecer a capacidade dos trabalhadores de fazer política de acordo com seus interesses ou necessidades próprias, o que, no limite, se contrapunha frontalmente à concepção de uma direção “consciente”, externa ao movimento, o que redefinia a idéia de autonomia, agora colocada não só em relação ao Estado, mas a partir da experiência própria da classe trabalhadora no seu dia-a-dia, do seu saber fazer, e da sua capacidade de fazer e de se organizar.²⁷

Entendo ser a partir desta concepção de “saber fazer” que os trabalhadores forjam seus modos de luta, onde demonstram ser sujeitos de suas próprias ações e reconhecem-se como possuidores de uma identidade, de uma história comum que podem e devem ser problematizadas por eles, sem qualquer intervenção de quaisquer grupos que sejam.

²⁵ Ver em: <http://www.sinttelmg.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=54>, acessado em 20/02/09.

²⁶ Jornal O Bode Berra, n.º. 5, nov. de 1980. p. 3.

²⁷ ALMEIDA, Paulo R. de. Política e Organização dos Trabalhadores frente à “Abertura Política” no Brasil dos anos 80. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela (orgs.) **Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas**. Uberlândia: EdUFU, 2001. p. 160.

Nesse sentido, o desenvolvimento das atividades para se veicular “O Bode Berra” estiveram relacionadas ao cotidiano vivido pelos trabalhadores de modo que o periódico não possuiu apenas um modo de exibição durante toda a década de 1980. Ou seja, o jornal do SINTTEL-MG passou por diferentes formatos e periodicidades até ser ajustado a um formato padronizado pelos trabalhadores e diretores do sindicato.

Para melhor perceber estas diferenças de formato, separei o “O Bode Berra” em três momentos onde apresentam diferenças quanto ao tamanho, formato e o modo de disposição dos assuntos nele compostos:

1º momento: até o nº. 120 de julho de 1988 o periódico possuiu doze páginas, em 36x29cm, de circulação mensal com matérias e temas ligados ao sindicato e à política de arrocho salarial do Governo Federal. Há ainda cadernos/seções fixas como as prestações de contas do sindicato, cobrança de abonos salariais, campanha salarial, notas de falecimento, denúncias e críticas quanto ao modo que as telefônicas (Embratel, CTBC e Telemig) se relacionavam com o trabalhador e o humor crítico das charges – “O Poderoso Chefinho”, “Os Home” e “Zizi, a telefonista”.

FIGURA 1



Jornal O Bode Berra, nº. 35, jul. de 1983.

Esta capa do "O Bode Berra" é significativa por demonstrar a consolidação do projeto político dos trabalhadores que disputaram o sindicato em 1980 e que foram reeleitos para outro mandato sindical, o que foi relatado na capa do periódico referindo-se posse da diretoria. Chama a atenção, ainda, as críticas que eram atribuídas ao Governo Federal, onde apresenta a figura de Delfim Neto (Ministro da Economia do Governo José Sarney) terminando de preparar um "rolo compressor" (novo decreto), sugerindo atropelar o trabalhador. Além disso, ao analisar a capa do "O Bode" percebe-se que houve a discussão do

não-cumprimento da Telemig quanto a um acordo coletivo, referente ao pagamento da gratificação para dirigir o veículo da empresa, já que a mesma não disponibilizava um profissional exclusivo para transportar os trabalhadores até os locais de reparo e instalação das redes externas.

2º momento: entre as edições de nº. 121, de agosto de 1988, e nº. 155, de agosto de 1989, o periódico possuiu duas páginas, em 47x32cm, circulação semanal e com muitas reportagens curtas. Na primeira página apresentava um destaque dos problemas referentes ao Sindicato em diferentes regiões do país, com denúncias e críticas às empresas telefônicas.

FIGURA 2



“A nossa campanha de pressão para obter as URP’s cortadas pelo Governo, resultou no pagamento dos 35% retroativos ao salários de junho e julho e demonstrou a nossa força de pressão.” Assim se referiu a publicação do periódico dos trabalhadores sobre a Unidade de Referência de Preços – URP – que era referência para a compensação à alta da inflação naquele período. Essa luta demonstrou a força e mobilização dos trabalhadores que enfrentavam a empresa e o Governo contra os acessos que desrespeitavam direitos já consagrados nos embates dos trabalhadores.

Além de problematizar os embates da categoria, “O Bode Berra” também dialogava com outros movimentos sociais no Brasil, como é o caso das discussões envolvendo a Reforma Agrária:

A Reforma Agrária não deve ser uma luta apenas dos trabalhadores rurais, ela também deve ser apoiada por nós, moradores das cidades. A nossa melhoria de vida depende de melhores condições para os trabalhadores do campo. A Reforma Agrária com apoio técnico para o cultivo de alimentos, a produção aumenta e os preços dos produtos diminuem. Por outro lado, o homem do campo terá incentivos para continuar em sua terra, sem precisar ir para as cidades e morar em favelas.²⁸

A discussão sobre os trabalhadores rurais também foi uma preocupação discutida no “O Bode”, em especial para fomentar o diálogo entre trabalhadores urbanos sobre os benefícios sociais que seriam sentidos com uma Reforma Agrária apoiada com recursos técnicos, como: a diminuição dos preços de produtos alimentícios e da miséria vivida nas favelas, entre outras melhorias para a população.

Entre as discussões do periódico, houve também a justificativa para a mudança de formato do “O Bode Berra” que é assim referida neste mesmo número, acima indicado, com o título “O bode de cara nova”:

O BODE mudou. Estamos iniciando, com esta primeira edição, um novo espaço para veiculação das notícias relacionadas com a nossa categoria. Nossa proposta é de oferecer um jornal mais objetivo, bonito e dinâmico com matérias curtas, mas informativas. Com periodicidade semanal, você vai receber o BODE todas as terças-feiras e poderá acompanhar mais intensamente a luta da nossa categoria. Esta é uma proposta na qual apostamos muito. O sindicato quer saber a sua opinião sobre a mudança da cara do Bode, pois nosso objetivo é melhorar mais e mais a comunicação sindical.²⁹

Esta mudança de formato procurou abrir os espaços de discussão na categoria, em muito, por possibilitar o debate de temas e problemas vividos há poucos dias do fechamento da edição do jornal, fazendo, com isso, que as disputas e emergências no local de trabalho

²⁸ Jornal O Bode Berra, n.º. 121 de 30/08 a 05/09/1988.

²⁹ Jornal O Bode Berra, n.º. 121, de 30/08 a 05/09/1988. p. 1.

fossem rapidamente veiculadas a um número maior de trabalhadores que possuíssem interesses direcionados às questões urgentes da categoria.

3º momento: após o nº. 156 de 12 a 25 de setembro de 1989 “O Bode Berra” volta a possuir uma 1ª página de destaque que fazia referência às discussões em seu interior, aumenta a quantidade de páginas para oito, em 32x24 cm, e com circulação quinzenal. Neste momento, não houve reportagens na capa e o periódico retornava à estrutura de matérias e discussões dirigidas aos trabalhadores com estrutura semelhante ao 1º momento do jornal, supracitado.

FIGURA 3



Também neste número do “O Bode Berra”, e sob o título “Bode de cara nova”, foram relacionados alguns dos motivos da diretoria sindical para mais uma mudança de formato em seu periódico.

Para garantir uma distribuição adequada do Bode, a diretoria administrativa do Sinttel, reunida nos últimos dias 17 e 18 de agosto, decidiu alterar a periodicidade do nosso jornal, que agora passa a ser quinzenal e impresso num novo formato, que pretende facilitar a leitura e o manuseio do Bode. Sugestões, críticas, opiniões, colaborações, continuam sendo bem-vindas. Apareça. A casa é nossa.³⁰

Mais uma vez “O Bode” muda o seu formato para tornar-se mais atrativo à leitura e discussão para toda a categoria. Nesta capa foram levantadas temáticas a serem problematizadas no periódico e uma, em especial, foi discutida com mais profundidade, a discussão tratada como “Pára-quedismo”, que ocorreu nas empresas de telecomunicações em 1989 e que vinham ocorrendo há algum tempo, segundo denúncias do SINTTEL. Este “pára-quedas” de que tratam os trabalhadores referem-se às contratações ilícitas feitas pelas direções das empresas Estatais sem o cumprimento das normas que regulam as contratações no setor público.

Mais uma vez, a Telemig abre as portas (de trás) aos favorecidos. Somente de julho para cá, mais de 100 “penetraram” na empresa, em áreas de “staff”, com altos salários, enquanto continuam sobrecarregados aqueles que trabalham nas áreas operacionais, em vias de “estafa”.³¹

As áreas de trabalho denominadas “*Staff*” referem-se à cargos de assessoria e aconselhamento na empresa que seriam ocupados por profissionais especializados e que auxiliavam os cargos da alta da hierarquia. O concurso público e os processos de seleção interna eram os meios, tecnicamente, elaborados para a ocupação destes cargos, mas passaram a ser nomeados pelas chefias sem critério técnico e direcionado à pessoas que estavam, até mesmo, fora do ambiente de trabalho dos telefônicos.

Para ampliar a compreensão destas ações de mudanças de formatos, procurei dialogar com trabalhadores que viveram este período de transformações, como com o Sr. Carlos Fernandes da Costa, que entrou para a TELEMIG em 1975, mas que já possuía alguma experiência de embate sindical por trabalhos realizados anteriormente ao seu ingresso na estatal. O Sr. Fernandes compôs a direção de uma chapa derrotada no SINTTEL ainda em meados da década de 1970 e na chapa vitoriosa em 1980.

³⁰ Jornal O Bode Berra, nº. 156, de 12 a 25/09/1989. p. 1.

³¹ Jornal O Bode Berra, nº. 156, de 12 a 25/09/1989. p. 2.

As interpretações das memórias de variados depoentes que discuto neste trabalho possuíram a preocupação de não fazer apenas uma justificativa do que foi falado, mas sim, entendê-las como parte de uma *cultura dos trabalhadores*³² em que é permanente o processo de elaboração e reelaboração dos sentidos atribuídos aos seus viveres.

A entrada de Fernandes na empresa esteve registrada em um momento de expansão no quadro de trabalhadores da TELEMIG, e que possibilitou uma maior participação política dos novos trabalhadores juntamente com quem já era efetivo na Tele.

Hoje aposentado, o Sr. Carlos Fernandes atua no SINTTEL-MG como membro do departamento de aposentados, onde auxilia, juntamente com outros membros, a diretoria nas atividades internas – como nos pleitos, seminários etc. – e externas – como em assembléias.

Na entrevista realizada na sede do SINTTEL-MG em Belo Horizonte como Sr. Fernandes, os variados formatos encontrados no “O Bode Berra” também foram conversados. Ao perguntar o porquê das variações de tamanho e formato do periódico o ex-diretor revela:

Exatamente, por que... mensal colocava muita matéria e ele ficava pesado. A gente sabe que, sabia que não era uma prática de leitura... nem todo mundo... hoje mais, né?!,

Mas sei lá... a gente ta falando de 1980, quase 30 anos atrás... ou seja, não há essa prática da leitura. E a matéria também... a gente não publicava nada de esportivo, nada de policial... então, era só a questão política. Muito menos ainda esse hábito de leitura... então a gente tinha essa preocupação. Quando tinha muita matéria não dava pra publicar o jornal muito pesado porque aí as pessoas não iam ler... ou não iam ler todo, iam ler parte. Aí a gente começou a publicar quinzenal e aí tinha mais matéria pra fazer semanal... exatamente pra ele ser mais leve, lido na maior parte! Essa era a preocupação.³³

Pelo que pude compreender na fala do Sr. Carlos Fernandes a publicização das ações e interferências urgentes aos trabalhadores tinham sentido na medida em que estas questões passavam a fazer parte das discussões dos mesmos em seu ambiente de trabalho. Ainda que o entrevistado e a direção executiva do SINTTEL entendessem que a falta de um “hábito de leitura” entre os trabalhadores poderia ser um problema às investidas do jornal, este deveria ser adaptado à realidade desses trabalhadores em empresas de telecomunicação e, por isso, houve a necessidade da variação dos formatos para uma melhor aceitação e discussão do “O Bode” pelos variados setores em que trabalhavam os telefônicos.

³² ALMEIDA, Antônio de. Os Trabalhadores e seus Espaços: Cultura, Experiência e Cotidiano nos Estudos Históricos sobre Identidade Coletiva. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosangela (orgs.) **Política, Cultura e Movimentos Sociais**: contemporaneidades historiográficas. Uberlândia: EdUFU, 2001. p. 38.

³³ Entrevista realizada com Carlos Fernandes da Costa, aposentado pela TELEMIG, na sede do SINTTEL-MG, em 12/06/2007.

Reduzir o tamanho das matérias publicadas, aumentar a periodicidade do jornal, assim como, instituir a linguagem caricata e cômica das charges foram estratégias para uma melhor aceitação do “O Bode Berra” e que perduram até o presente momento.

A partir dessas considerações, foram sendo forçadas, no interior das relações entre os trabalhadores, ações que buscavam imprimir mudanças à antiga postura elaborada pelo SINTTEL-MG em que era privilegiada uma ação de não-enfrentamento com as empresas e, no relacionamento com os trabalhadores, uma ação assistencialista quanto às carências existentes no campo da saúde.

As transformações operadas contra essas atitudes articularam propostas de mudança na postura política dos trabalhadores e no sindicato até então. E assim, passaram a assumir um papel de destaque no embates com as Teles, tendo na constituição do periódico dos trabalhadores uma arma de discussão, mobilização e solidariedade entre os telefônicos.

A imprensa passou a ser, para nós, um ponto importante na nossa atuação, assim como o jurídico. O sindicato, assim quando nós assumimos, tinha médico e dentista... né... advogados era por convênios, etc.

E nós, também, resolvemos fortalecer o jurídico e a imprensa e acabar com o assistencialismo. [...] Os trabalhadores entenderam qual era o papel e eu acho que esse foi o grande salto político que a gente conseguiu passar pra categoria! Que o sindicato não era pra oferecer médico, dentista, essas coisas, e sim, pra lutar por direitos... lutar por melhores condições de trabalho... era uma casa do trabalhador, onde o trabalhador pudesse confiar e trazer suas demandas e a gente poder encaminhar essas demandas, negociar isso com a direção das empresas. Houve uma... certa resistência da direção da empresa, mas a coisa foi tão forte que eles, né?! ...acabaram assimilando e negociando... a gente passou a ser um canal de negociação forte!³⁴

Assim se referiu o ex-diretor do SINTTEL, Carlos Fernandes da Costa, quando perguntado sobre a importância da veiculação do “O Bode Berra” entre os trabalhadores. Fernandes chama a atenção para uma importante ação realizada pelos trabalhadores no sindicato: o fim do assistencialismo, para, assim, lutar por direitos.

Fortemente engendrada enquanto práticas sindicais até então, a política de acesso ao sindicato pela enfermidade – visitas a médicos e dentistas – foi superada e ganhou contornos de conquista de direitos. Uma conquista relacionada à decisiva parceria entre os trabalhadores por melhores condições de trabalho/vida.

Evidentemente, tais ações organizadas por uma ‘postura nova’ da categoria sofreriam pressões das empresas, assim mesmo, o que emergiu nesse embate foi a preponderância da união dos trabalhadores em sua “casa”, para usar as palavras do ex-dirigente. Casa esta que, formulada enquanto lugar do diálogo e da ação, pelo depoente, nos informa sobre significados

³⁴ Entrevista realizada com Carlos Fernandes da Costa, op. cit.

atribuídos ao papel do sindicato por este trabalhador, a partir de suas experiências de luta construídas nos momentos de tensão e negociação das demandas de toda a categoria.

Tem muita gente que pensa que o sindicato é um lugar onde se tira guia para médico e dentista. Mas isso não é um sindicato de verdade. Cuidar da saúde do trabalhador não é obrigação do sindicato, é obrigação do governo [...] Tem gente que pensa que o sindicato é uma sede bonita [...] com muitos funcionários e muito luxo [...] O que muita gente não sabe é que o sindicato é outra coisa: [...] é a união dos trabalhadores para lutar por seus direitos e por uma vida melhor. Ele explica o que a lei diz e orienta os trabalhadores para não dar passo errado [...] quem faz o sindicato de verdade é a união dos trabalhadores.³⁵

Nesse sentido, tanto nas reflexões elaboradas pelo Sr. Carlos Fernandes quanto pelas discussões presentes no “O Bode”, pode-se perceber o sindicato enquanto local da disputa política e um dos modos de resistência elaborados pelos trabalhadores e que, também, possibilitou registrar suas memórias de luta.

Entretanto, não se deve perder de vista que o entrevistado mesmo que aposentado ainda é atuante no meio sindical, participa das discussões e atividades elaboradas pelos (e para os) trabalhadores e constrói o enredo de sua entrevista a partir de sua vivência no passado, mas com o olhar do seu presente. Esta foi uma preocupação em se analisar as narrativas orais dos entrevistados na sede do SINTTEL em 2007, quando procurei pensar as relações existentes entre os modos com que esses trabalhadores construíram o diálogo comigo sobre o que lhes era importante falar sobre seus primeiros contatos com os embates dos trabalhadores.

Deste modo, é interessante refletir sobre as memórias de outro personagem vivo do SINTTEL-MG. Trata-se do Sr. Afonso Dolabela Bicalho Filho, aposentado, com 62 anos de idade. Ele falou-me sobre suas experiências enquanto trabalhador na TELEMIG, onde se aposentou depois de passados 31 anos na empresa e um sério problema cardíaco. Preocupado em saber sobre tal problema, perguntei ao Sr. Bicalho sobre como se deu sua aposentadoria na empresa:

[...] eu tive problemas de saúde decorrentes desse problema de privatização, né?! Para sanear o número de funcionários da empresa eles fizeram um plano de demissão voluntária com alguns incentivos, mas no bojo desse incentivo, dessa demissão voluntária, eles tinham a... é... uma ameaça velada! Quem não se demitisse nesse processo ia ser demitido! Ai eu passei mal e eles tiveram que... eu fui internado, e tiveram que me aguentar mais dois anos.³⁶

Mesmo se tratando de um acontecimento já no final da década de 1990, quando da privatização do setor, este relato do Sr. Bicalho muito nos informa acerca das construções

³⁵ Jornal O Bode Berra, nº. 0, abr./mai. de 1980. p. 4.

³⁶ Entrevista realizada com o Sr. Afonso Dolabela Bicalho Filho, trabalhador aposentado da TELEMIG. A entrevista foi realizada na sede do SINTTEL em 12/06/2007.

interpretativas deste trabalhador quanto à sua relação com a empresa mesmo nos anos finais de seu trabalho. O modo de explorar sua superação pessoal, com a saúde, pode ser interpretado como um modo de se resistir às ameaças sofridas no ambiente de labor e uma marca bastante nítida no diálogo realizado com este trabalhador.

O Sr. Bicalho, quando da entrevista, também compunha o departamento de aposentados do SINTTEL e mostrara-se ativo nas reuniões e eventos realizados pelos trabalhadores - assim como o entrevistado anterior, o Sr. Carlos Fernandes - e também contribuiu com suas memórias, enquanto momento de reflexão, quando do impulso novo dos trabalhadores no início da década de 1980.

Nesta entrevista realizada com o Sr. Bicalho, quando perguntado sobre como se deu seu contato com as mobilizações dos trabalhadores no sindicato, ele diz que *“o sindicato foi um amor a 1ª vista! Logo quando eu entrei na empresa, em 1973, nós tentamos substituir uma diretoria viciada que existia aqui e nós montamos uma chapa pra tentar ganhar a eleição naquele ano. Nós não conseguimos!”*³⁷

Mesmo antes da década de 1970 (das lutas de que fala o entrevistado) até meados da de 1980 os movimentos de luta dos trabalhadores, não apenas dos que se relacionavam com as telecomunicações, sofriam grande pressão e perseguição da Ditadura Militar, onde qualquer organização popular, tornava-se quase impraticável, mesmo nos sindicatos, que deveriam ser o lugar privilegiado de diálogo e debate entre trabalhadores. O que, por outro lado, não quer dizer que eles não se encontravam para discutir e debater sobre os problemas e expectativas que experimentavam no trabalho, nas ruas, em comunidade.

Desse modo diferenciado de organização, em lugares que fossem de difícil visibilidade dos agentes do Estado, deu-se a formação e crescimento de um conjunto de sujeitos preocupados em modificar o presente do seu trabalho. O Sr. Carlos Fernandes, já citado, revela essa opção de organização dos trabalhadores quando perguntado sobre a formação do grupo em que participou para mudar o comando sindical em 1980 após um fato marcante, segundo ele:

[...] nós começamos a discutir a questão do sindicato, que não tava atuante e tal. Houve um fato que mostrou esse desgaste da diretoria, que teve uma assembléia e os presentes da assembléia rasgaram o livro de presenças. Ou seja, já há uma contestação a um dirigente da época.

Nós começamos a discutir e acabou surgindo um grupo interessado em discutir mais profundamente né!... os rumos do nosso sindicato. Eram reuniões semiclandestinas porque a gente tinha medo. Além do aspecto da ditadura, que não via com bons olhos... a empresa era dirigida também por militares... o presidente da

³⁷ Id.

empresa era um ex-brigadeiro. Ou seja... então, a gente tinha o maior cuidado para fazer as discussões e começamos a discutir e tal.³⁸

Segundo o relato do ex-dirigente, as relações estabelecidas entre os trabalhadores e seus representantes institucionalizados, naquele momento, demonstravam não ser entre sujeitos que propunham os mesmo projetos de atuação do sindicato. Ao invés disso, seria uma discussão entre agentes que estariam com preocupações distintas quanto ao que seriam as urgências dos trabalhadores, a ponto de os mesmos rasgarem o livro de presenças, o que se tornou um fato marcante para o Sr. Fernandes. E é possível pensar ainda, que é um momento delicado para o Sr. Carlos Fernandes – e para os trabalhadores que ali estavam – a destruição do “livro de presenças” por carregar todo um significado de indiferença sentida por eles e, por isso, marcada em suas memórias.

Fernandes poderia referir-se a outros momentos de tensão, como o veiculado em uma entrevista debatida no “O Bode Berra”, em 1982, ainda na 1ª gestão da nova diretoria, quando perguntado sobre o quando e o porquê ele decidiu entrar no sindicato, Fernandes nos diz:

Presenciei situações na Telemig que foram muito marcantes para os empregados. No final de 1976 houve uma dispensa em massa na empresa e 96 empregados foram demitidos na Diretoria Técnica. Em outras ocasiões houve vários remanejamentos, jogando-se as pessoas em locais diferentes, sem preparação prévia, e muitos foram forçados a passar pelas empreiteiras. Nesse período todos se sentiram pressionados, inseguros, sem saber a quem apelar. Em nenhum momento a antiga diretoria do sindicato se manifestou em apoio aos empregados e chegou até a justificar a atitude da empresa.³⁹

No trabalho de confronto entre as diversas fontes, como as fontes orais e os periódicos, podem surgir divergências sobre marcos que se referem à transformação do atuar dos trabalhadores, como é o caso relatado pelo Sr. Carlos Fernandes.

É compreensível que, na atualidade, o entrevistado ao “olhar para trás”, ao debater sobre os momentos que lhe foram marcantes eleja diferentes situações enquanto o seu marco de luta. Estas escolhas podem variar de acordo com os sentidos que o entrevistado opta para refletir sobre os momentos de tensão e luta vividos por ele. Alessandro Portelli ao refletir sobre a História Oral e a memória do narrador que busca dar sentido ao seu passado na entrevista, complementa:

Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido

³⁸ Entrevista realizada com Carlos Fernandes da Costa, op. cit.

³⁹ Jornal O Bode Berra, nº. 25, ago. de 1982. p.10.

no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico.⁴⁰

As reflexões de Portelli acerca das análises da História Oral auxiliam no modo de compreender os relatos do Sr. Fernandes para além de uma troca de fatos que o marcaram ao rememorar o princípio de sua ação de mobilização em um sindicato. Incita-me a pensar na fluidez de significados que a memória pode adquirir conforme a experiência⁴¹ que cada sujeito constrói a partir das suas vivências e interferências dos embates que se submete no meio social.

Nos depoimentos do Sr. Fernandes estão marcados dois momentos distintos e que o mesmo qualifica como importantes para seu princípio de ação de luta, porém, em ambos estiveram relacionadas ao desgaste dos trabalhadores com o sindicato: na primeira fala, quando da “*contestação a um dirigente da época*”; na segunda, “*todos se sentiram pressionados, inseguros, sem saber a quem apelar*”.

O que é possível pensar a partir das construções e interpretações que o depoente fez de seu passado são as omissões e pressões sentidas pelos trabalhadores que eram tratados como peças descartáveis de um sistema organizado pelo capital e sem qualquer modo de representação que lhes garantissem o acesso à vida e trabalho cidadãos.

Por isso, além de buscar compreender como se deram as transformações operadas pelos trabalhadores em seu modo de agir, é fundamental também fazer uma leitura do ambiente tenso vivido por esses trabalhadores nos anos finais de um regime político marcado pelo não-diálogo e ausência democrática.

Essa tensão a que me refiro não está localizada apenas no relacionamento dos trabalhadores com as empresas de telecomunicação em Minas Gerais. Está relacionada também dentro da categoria dos telefônicos, entre posturas de trabalhadores que ora apóiam ora divergem com a diretoria sindical e que devem ser também problematizadas enquanto evidências de um ambiente de disputas internas e de pensamentos e ações heterogêneas.

No mês passado, um companheiro da diretoria do nosso Sindicato sofreu uma agressão verbal, em tom bastante violento, de um trabalhador da Telemig, também associado do Sindicato, quando distribuía boletins no pátio da rua Trifana. O incidente não foi mais grave porque o diretor do Sindicato manteve o controle, evitando responder à agressão no mesmo tom, uma vez que não se tratava de nada pessoal, pois os dois nem sequer se conheciam. [...] Uma agressão desse tipo é

⁴⁰ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, nº. 14, São Paulo: EDUC, 1981. p. 33.

⁴¹ O termo “experiência” utilizado aqui está relacionado com o que Thompson definiu em: THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: **A miséria da teoria: ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-201.

realmente lamentável, e é a primeira vez que acontece em vários anos de trabalho sindical, mas por outro lado, algumas vezes, há incompreensão de alguns companheiros, por isso aproveitamos a oportunidade para esclarecer alguns pontos.⁴²

Este trabalhador, e associado ao sindicato, ao tomar a atitude de protesto a um dirigente sindical chama a atenção para informar-nos de que nem todos os trabalhadores entendem do mesmo modo as interferências operadas para a categoria. Em um sentido mais amplo, poder-se-ia entender que o mesmo não se sentia pertencente àquelas ações desenvolvidas pelo sindicato, não se reconhecia na proposta desenvolvida pelo SINTTEL ou, até mesmo, não se reconhecia nos sentidos atribuídos ao “ser trabalhador” que o sindicato defendia.

Mesmo sem termos maiores pistas sobre o ocorrido, entendo que a heterogeneidade de sujeitos e propostas compõem, de modo rico, a categoria de trabalhadores em empresas de telecomunicações em Minas Gerais. E que mesmo que tal agressão tenha sido a “*primeira vez que acontece em vários anos de trabalho sindical*”, já era presente a “*incompreensão de alguns companheiros*” anteriores ao tom ácido da discussão, o que acentua que, mesmo fazendo um trabalho para a categoria, os trabalhadores que dirigiam o sindicato possuíam também uma oposição interna, no movimento.

Esta oposição buscou articular-se para concorrer à direção sindical em 1989 compondo assim duas chapas, e não apenas uma chapa de consenso, como afirma o Sr. Carlos Fernandes quando perguntado sobre como aparecem a variedade de posicionamentos políticos e propostas no sindicato e no “O Bode”.

Bom, primeiro que o SINTTEL, desde 1980, [após o pleito que resultou na mudança de diretoria] nós nunca tivemos oposição! [...] Até então, nós formávamos uma chapa de consenso... a gente tinha um processo de definição de chapa. Votava quem que entraria, qual seria a composição dela, quem que ficaria como cabeça da chapa... tudo isso se dava num processo amplo e democrático e a gente nunca teve problema. Então sempre fechou!⁴³

Diferentemente do que aponta o Sr. Carlos Fernandes⁴⁴, em 1989 não “*fechou!*” e as divergências dentro da organização dos trabalhadores fomentaram a composição de uma segunda chapa para concorrer ao pleito sindical, indicando a pluralidade de propostas para o mesmo.

Com duas chapas, como é natural, o processo esquentou, aumentando o interesse da categoria pelo exercício do direito de voto. O clima de disputa acabou levando

⁴² Jornal O Bode Berra, nº. 43, abr. de 1984. p. 6.

⁴³ Entrevista realizada com o Sr. Carlos Fernandes da Costa, op. cit.

⁴⁴ A chapa 1 tinha o entrevistado como o Diretor Executivo.

6.683 telefônicos a procurarem as urnas, atingindo 70,5% do total dos trabalhadores com direito de voto. Um número sem dúvidas significativo para uma eleição onde o voto é facultativo.⁴⁵

Com a ocorrência das eleições, os trabalhadores puderam demonstrar de modo público o seu interesse por uma proposta de luta que vem desde 1980 e que continua com o apoio da maioria dos trabalhadores, haja vista que a ‘chapa 1’ venceu com 76,6%⁴⁶ dos votos nesta eleição.

De outra maneira, na discussão das entrevistas, também pude perceber o modo com que os depoentes construíram seu relacionamento com a empresa. O Sr. Afonso D. Bicalho Filho apresenta sua antiga empresa como a “melhor do Brasil” no setor quando perguntado sobre como ele via a Telemig nos anos 1980.

Então, no contexto Brasil, Minas Gerais era vista como a melhor empresa de telecomunicações que a gente tinha. O pessoal mais capaz, a gente tinha todo um sistema de avaliação do pessoal, avaliação do serviço... e se você quisesse falar em termos de uma nota que a Telebrás dá a gente alcançava a maior nota todos os anos. Em instalações de terminais... todas as metas eram cumpridas... todas, todas... não tinha nenhuma das metas que a gente ficava atrás as outras teles.⁴⁷

O Sr. Bicalho demonstra ‘orgulho’ de ser trabalhador da Telemig naquele momento, principalmente por entender o trabalho nesta Tele como uma ação de superação de obstáculos que visavam superar as chamadas “metas” (que eram as formas de organização do trabalho elaboradas pela empresa) e ter como reconhecimento do valor de seu trabalho apenas uma “nota”.

O entrevistado, mesmo entendendo a importância do sindicato e de revelar o seu “amor à primeira vista”, já citado anteriormente, não corrobora da mesma intensidade de sentimento ao retirar o “conflito” – inerente nas relações entre trabalhadores e capital – do seu discurso, estabelecendo a ideia de “empresa preocupada com o bem-estar do trabalhador”, como no trecho seguinte de sua entrevista, quando perguntei o que o trabalhador recebia da empresa por colocá-la em um patamar tão superior às demais Teles brasileiras?

Olha, o trabalhador em si, da Telemig... a Telemig era uma grande família e eu posso falar isso de cadeira. Agora, o salário que a gente auferia nessa época podia não ser o melhor do Brasil, mas os custos indiretos que nós tirávamos como praticamente prêmio dentro da empresa eram muito altos.

Então, nós tínhamos a melhor assistência médica do Brasil, a melhor assistência odontológica... os melhores restaurantes dentro das nossas unidades. Nós tínhamos sistema de ticket quando não tinha restaurante e todos os valores bastante

⁴⁵ Jornal O Bode Berra, n.º. 147, jun. de 1989. p. 6.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Entrevista realizada com o Sr. Afonso Dolabela Bicalho Filho, op. cit.

agregados que no final do mês correspondia como se fosse um grande aumento de salário.

Então, nós tínhamos nessa época... e eu classifico a Telemig dessa época como a melhor empresa pra se trabalhar. E não é só eu não, todos os funcionários falavam da Telemig como uma grande empresa.⁴⁸

Diferentemente dos demais entrevistados, o Sr. Bicalho entende a empresa numa relação “familiar”, onde a empresa representaria a “mãe” que dá ao “filho” – o trabalhador – todo o necessário ao seu (sobre) viver. Assim, se estabelece uma relação de não-direitos, onde todas as conquistas dos trabalhadores são entendidas como concessões feitas pela empresa. Evidencia-se, assim, a tentativa de esvaziamento de toda a luta, vitórias e derrotas, dos trabalhadores no fluido campo da cultura.

Sendo assim, o que significaria o Sr. Bicalho, participando ativamente das ações do sindicato, especialmente após sua aposentaria, não comentar sobre a organização dos trabalhadores no embates com as empresas? Será que, para ele, estas ações não lhe dizem muito quanto à importância de tais mobilizações? Será que o entendimento do entrevistado acerca da própria entrevista e da posterior escrita de um trabalho acadêmico esteve preocupado apenas com a construção de uma auto-imagem?

*“Naturalmente, os entrevistados falarão sobre assuntos pessoais realmente irrelevantes.”*⁴⁹ Assim se refere Alessandro Portelli quanto às perspectivas em que nós, historiadores, temos com as narrativas orais. Indiferentemente das intenções do o entrevistador, o entrevistado relatará o que ele acha importante ser reportado.

Nos anos em que Bicalho trabalhou na Telemig ele saiu do setor de operações (transmissão) para o setor de redes e, depois, para o setor de Recursos Humanos/Treinamento, onde permaneceu durante seus últimos 15 anos de empresa. Neste setor, Bicalho esteve envolvido em diversos treinamentos em Belo Horizonte, Brasília, entre outros: *“em São Paulo foi desenvolvido um treinamento na TELESP, eu fiz a 1ª parte por correspondência, depois eu fui em Brasília fazer o treinamento de 1 mês.”*⁵⁰

Naquele período, o relacionamento do Sr. Bicalho com a Telemig deixava de ser como o de outrora, quando trabalhava na organização do trabalho em operações e mesmo quando trabalhava no setor de redes. Ao trabalhar na área de Recursos Humanos, o entrevistado passa a ter maior visibilidade e acesso à empresa, sobretudo, por elaborar treinamentos que seriam repassados aos trabalhadores. Isso significa pensar na empresa a partir de um outro viés,

⁴⁸ Entrevista realizada com o Sr. Afonso Dolabela Bicalho Filho, op. cit.

⁴⁹ PORTELLI, Alessandro. História Oral como gênero. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, nº. 22, São Paulo: EDUC, 2001. p. 20.

⁵⁰ Entrevista realizada com Afonso Dolabela Bicalho Filho. op. cit.

sobretudo, porque a expansão dela estava associada também ao treinamento que foi formulado pelo Sr. Bicalho, que passava a gozar de uma melhor remuneração, além de relacionar-se com outros trabalhadores como alguém a transmitir-lhes os conhecimentos técnicos de operação das tecnologias da empresa e, não mais, como um trabalhador do setor de operações/transmissão.

Somente a partir do momento em que a estatal Telemig é vendida ao capital privado é que o Sr. Bicalho perde sua função no treinamento e volta a trabalhar no setor de operações. Entre as perdas significativas, já discutidas aqui, o depoente tem fragilizada sua saúde, chegando mesmo a sofrer um sério problema cardíaco.

Assim, esses discursos elaborados pelos trabalhadores que, por alguns momentos, se aproximaram às construções registradas nas análises do “O Bode Berra” e, em outros, se afastaram dela, demonstram a diversidade de posições e de vivências que são possíveis tanto na empresa quanto no sindicato. Certamente, são frutos dos projetos e ações de cada agente social na trama de relações que permearam os momentos de disputas entre projetos que são forjados nos conflitos entre os trabalhadores e as direções das empresas.

Pensando nisso e nas relações combativas existentes como modos de luta dos telefônicos, entendo que, durante a Ditadura Militar a dificuldade em se manter uma organização de trabalhadores atuantes por sua categoria fez com que as direções sindicais tivessem um forte vínculo com as empresa em detrimento de ações políticas voltadas para o trabalhador. E esta postura, paulatinamente, começou a se chocar com a crescente organização e mobilização dos trabalhadores, quando ocorreu o grande marco definidor da atuação dos setores organizados do meio profissional: as greves de metalúrgicos ocorridas no ABC paulista em 1979.

As ações desses trabalhadores organizados passaram a ter maior visibilidade no seu atuar enquanto agentes do próprio forjar-se, com práticas de reivindicação que, em teoria, deveriam estar institucionalizadas nos sindicatos. Porém, essa não era uma prática comum naquele momento, principalmente em sindicatos que possuíam uma postura de não-conflito⁵¹ com as chefias, o que chocou o comando das instituições que passaram a conviver com greves e discussões vindas dos trabalhadores aos quais não estavam “acostumados”, haja vista a inoperância política da, então, atual estrutura sindical.

⁵¹ Sobre esta forma de atuação de sindicatos, sob uma postura adotada pela Unidade Sindical, contrária ao enfrentamento dos trabalhadores com o patronato, ver: ALMEIDA, Paulo R. de. Política e Organização dos Trabalhadores frente à “Abertura Política” no Brasil dos anos 80. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela (orgs.) **Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas**. Uberlândia: EdUFU, 2001.

Eder Sader, ao analisar o processo que culminou nas grandes greves do ABC paulista em 1979, foi fonte de inspiração para melhor compreender esse processo de organização e ação trabalhadora que se passava no fim da década de 1970 e início da de 1980 no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo.

Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da **experiência** das condições dadas, o que implica tratar tais questões no quadro das significações culturais que as impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se **identificam interesses**, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais. (E certamente, na medida em que tais movimentos constituem um agente ativo na formação social, mesmo aquela “estrutura já dada” é também produzida pelas interações e lutas de classe).⁵² (grifos do autor)

Sader chama a atenção para a “*experiência*” como fator de diferenciação entre as variadas ações e vozes dos sujeitos que estão em conflito contra uma ordem estabelecida. Isto significa questionar o ‘por quê’ e o ‘como’ as ações contestes dos grevistas do ABC paulista e, neste caso, dos trabalhadores em Telecomunicações, ocorreram naquele momento e não em outro.

A partir das considerações de Eder Sader, é possível entender que é concomitante ao forjar dos “sujeitos coletivos” o emergir à cena política dos “novos personagens”, que disputavam as ações e discursos a partir dos ambientes de trabalho, mesmo que ainda fora do sindicato, como instituição de representação laboral.

Contudo, é preciso cuidado ao tratar o que Sader entende e conceitua como “sujeito coletivo”: “[...] *é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, construindo-se nessas lutas.*”⁵³

Essa preocupação em analisar os trabalhadores como “sujeito coletivo” existe porque a partir dos diálogos elaborados com as narrativas orais e com o periódico, trabalhadas acima, entendo que os trabalhadores possuem grande variabilidade de intenções e, principalmente, heterogeneidade entre os agentes, o que os auxiliam a compor, de modo rico, o forjar dessa classe enquanto campo de disputas, inclusive internas, e não apenas de luta contra um “outro” determinado e localizado fora da categoria.

Assim, Eder Sader inspirou as reflexões deste trabalho por situar importantes ações dos trabalhadores paulistas quanto às suas realizações num campo de disputas fortemente marcado pela tensão que as relações entre o trabalho e o capital construíram em seus embates.

⁵² SADER, Eder. op. cit., p. 44-45.

⁵³ Ibid., p. 55.

A experiência, como vivências que compõem a subjetividade do trabalhador e que articulam sua ação política, possui a potência de distinguir os diferentes projetos de atuação elaborados pelos trabalhadores, mesmo que estes vivam sob as mesmas condições materiais e acessos ao consumo.

O não descolamento da realidade social (da inflação que consome o salário, da educação dos filhos, da repressão da ditadura, entre outras) ao que é experimentado nos ambientes de trabalho é fator fundamental para a reflexão dos movimentos sociais no Brasil. Eder Sader, em sua reflexão sobre os “novos personagens” que emergem à cena social, compartilha dessa idéia:

Quando se estudam movimentos sociais gerais no Brasil e no tempo determinados pode-se pensar em elaborações culturais muito semelhantes, pois os sujeitos (trabalhadores/família) partilham as mesmas definições ao que é necessário, como alimentos, vestimenta, moradia, transporte, lazer etc.⁵⁴

Isto não quer dizer que os movimentos analisados por Eder Sader no “Quando novos personagens entraram em cena” possam ser transplantados para a realidade mineira, mas que podem ser pensados enquanto problemáticas que se aproximaram às discussões elaboradas pelos telefônicos.

A promoção de iniciativas dos trabalhadores buscando organizarem-se e agir em conjunto corrobora para o entendimento dos mesmos também em suas divergências para se perceber o crescimento do sindicalismo combativo, em 1980, como significativo para o setor de telecomunicações mineiro.

Com este enredo, também cresce o sentimento de insatisfação de grupos de trabalhadores das empresas de telecomunicações em Minas Gerais que também vivem esse processo de organização e disputa da ‘casa’ do trabalhador: o sindicato.

Há um ano atrás, assumimos a diretoria do nosso Sindicato, que se encontrava totalmente desacreditado e distante da categoria. A entidade também se encontrava em grande desordem administrativa, o que contribuía para dificultar o alcance de seus reais objetivos. Havia uma tarefa enorme pela frente, que seria reconquistar a confiança da categoria e, principalmente, conduzir o Sindicato ao seu verdadeiro papel, atualmente no dia-a-dia do trabalhador, caminhando juntos em busca de melhores salários, de melhores condições de vida e trabalho. Nossa categoria tinha muita coisa presa na garganta, devido a anos de repressão nos locais de trabalho e à estrutura rígida das empresas. Não havia um canal, uma voz que se levantasse. Então criamos o jornal do Sindicato, “O Bode Berra!” para que a própria categoria pudesse falar através dele, que fosse o nosso veículo de comunicação, onde o trabalhador tivesse voz e vez

⁵⁴ Ibid., p. 43.

para denunciar as arbitrariedades, injustiças, más condições de trabalho e também que se informasse sobre o Sindicato, legislação trabalhista e movimento sindical.⁵⁵

No jornal do sindicato esteve registrada a intenção de se transformar o relacionamento da diretoria sindical com os trabalhadores, de uma ação desarticulada e não-combativa para uma postura de enfrentamento para melhorias na vida do trabalhador, lutando por “*melhores salários, de melhores condições de vida e trabalho*”. Contudo, para isso ocorrer seria necessário que o trabalhador percebesse a nova organização como parte da luta e que ele se reconhecesse enquanto parte de uma mesma engrenagem.

Neste momento de discussão do “O Bode Berra”, é articulada uma noção muito cara aos significados atribuídos à constituição do jornal, onde: “*a própria categoria pudesse falar através dele*”. Este posicionamento elaborado no periódico dos trabalhadores demonstra os modos com que esses sujeitos se articulavam como protagonistas de suas próprias reclamações, evidenciando seus reclames, o “berro”, no “O Bode”, fazendo com que os mais variados sujeitos que trabalhavam nos diferentes setores das empresas de telecomunicações tivessem suas demandas discutidas em um mesmo lugar e que tivessem a visibilidade de trabalhadores de outros setores, outras localidades, mas que, muitas vezes, viviam as mesmas querelas.

A partir do que se refere o jornal quanto a ser o “*veículo de comunicação, onde o trabalhador tivesse voz e vez para denunciar*”, entendo que o movimento sindical, na década de 1980, era fruto do processo de mudança que já estava em operação em que os trabalhadores criavam também novas demandas e necessidades de atuação objetivando novas conquistas para a categoria em um ambiente de lutas articulado também ao social.

Direcionar a luta, nesse momento, para a superação da estrutura sindical, significava, assimilar as experiências já consolidadas no interior do movimento, no que se refere à organização de base como forma de pressionar essa mesma estrutura, suscitando, dessa forma, a participação dos trabalhadores na elaboração de uma política própria, que pudesse liberar o potencial de reivindicação e a capacidade de pressão já experimentada nos últimos anos por ocasião dos movimentos grevistas.⁵⁶

Com o advento das discussões tidas no “O Bode Berra” criou-se um canal de comunicação e intervenção direto entre o sindicato – institucionalizado agora como lugar do debate e de aglutinação dos trabalhadores – e toda sua base de trabalhadores para, juntos,

⁵⁵ Jornal O Bode Berra, nº. 11, jun. de 1981. p. 3.

⁵⁶ ALMEIDA, Paulo R. de. op. cit. p. 148.

terem força e representatividade nos momentos de reivindicação por melhorias nas condições de trabalho/vida e não apenas salarial⁵⁷.

A direção nova, todo mundo novo... o sindicato foi um processo em que os trabalhadores começaram a entrar no sindicato, trazer suas reivindicações... aí foi uma explosão, né! Denúncias de condições de trabalho, denúncias de poderosos chefinhos, chefes autoritários... que a empresa tinha uma característica militar... então, ou seja, não sabiam o que acontecia lá embaixo, com os trabalhadores mais simples, de rede e tudo. Isso tudo veio à tona! Os trabalhadores começaram a trazer denúncias, denúncias...⁵⁸

As reflexões de Carlos Fernandes emergiram a partir de minhas perguntas sobre como ele, na atualidade, compreende o seu passado de lutas; como Fernandes, juntamente com outros trabalhadores⁵⁹ preocupados em transformar suas próprias vidas e a de seus colegas de trabalho, entende a crescente participação dos trabalhadores após a mudança de postura da direção sindical.

Assim, a proposta de se ter um órgão de imprensa no sindicato ganha força, sobretudo, por ser operado a partir das urgências próprias dos trabalhadores, desde os que fazem os trabalhos na rede – manutenção – até as telefonistas, passando pelos atendentes nos escritórios, artífices, entre outros. As denúncias referentes ao ambiente de trabalho eram presença permanente nas discussões travadas no periódico, o que me permite pensar que a base de trabalhadores já compreendiam o sindicato como o seu lugar de levar demandas e possibilitar os embates da categoria.

Foi ativada recentemente na Nova Gameleira (Belo Horizonte) uma estação telefônica transportável. Só que a Telemig se esqueceu de um detalhezinho básico: o banheiro.

No período de construção, muitas pessoas trabalhavam lá e, sem outras opções, acabavam recorrendo a um mato que existe nas proximidades. O sindicato lembrou à Telemig que é um absurdo fazer os empregados passarem por esses vexames e que a preocupação da empresa deve ser também com os trabalhadores e não só com as obras.⁶⁰

O que está sendo discutido nesta denúncia dos trabalhadores passa ao largo do que são comumente as propostas de campanha salarial, realizadas todos os anos. Não instalar um banheiro em uma estação de trabalho revela qual o foco que a diretoria da empresa possui referente ao relacionamento que estabelece com o trabalhador. Essa denúncia discutida nas páginas do “O Bode Berra” refere-se a uma ação dos operários que construíram a “*estação*

⁵⁷ É certo que as condições salariais eram importantes, entretanto não eram somente estas as reivindicações dos trabalhadores.

⁵⁸ Entrevista realizada com Carlos Fernandes da Costa, op. cit.

⁵⁹ No editorial do jornal em seu 1º ano de circulação aparecem como diretores do SINTTEL-MG, além de Carlos Fernandes: Antônio Moreira de C. Neto, José Dias Pereira, Gonçalo de Abreu e Aristóteles dos Santos.

⁶⁰ Jornal O Bode Berra, nº. 11, jun. de 1981. p. 7.

telefônica” para os demais operários que atuam em setores externos da empresa e aos trabalhadores que ali se instalariam, como um reclame e indignação por serem tratados como máquinas e não como pessoas - que possuem necessidades, vontades.

Mais denúncias são operadas pelos trabalhadores que buscaram, no diálogo com seus representantes e com a empresa, sanar suas carências por um trabalho que lhes garantissem não apenas o salário ao fim de cada mês, mas também, o acesso e permanência sadia em seu ambiente de trabalho.

[...] telefonista de PABX lembra que algumas empresas não proporcionam boas condições de trabalho às suas telefonistas: “geralmente trabalhamos em local pequeno, às vezes debaixo de escadas, em qualquer canto que sobra. O ar refrigerado em nossa sala é sempre mais frio pro causa do equipamento; então temos de suportar o frio que as máquinas exigem. E tem o problema de perdermos a audição.”⁶¹

E ainda:

A Divisão de Contas a Pagar (FFI-2) da Telemig, fica no 2º subsolo [...] as condições de trabalho, no entanto, são bastante ruins. A sala é baixa, com pé direito de 2,70m, e até há pouco tempo havia vazamentos de esgoto da cozinha do restaurante que funciona no andar superior, a ponto do pessoal ter de colocar baldes para apagar a água. Com isso, o carpete ficou molhado durante muito tempo [...] a ventilação e a iluminação natural não são suficientes [...] Como se isso não bastasse, ainda existem outros problemas: poeira, pêlos de carpete, umidade, etc. Os companheiros da FFI-2 acham que tudo isso influi para agravar os problemas de saúde, e muita gente apresenta sinusites crônicas, alergias, problemas respiratórios, etc.⁶²

As duas notas fazem referência ao tratamento vivido pelos trabalhadores em seu ambiente de trabalho, sendo que a primeira nota refere-se ainda à carta de uma telefonista que escreveu ao sindicato para denunciar as condições de trabalho - está colocado entre aspas o trecho escrito pela telefonista e retirado desta mesma carta. Aqui, as denúncias das telefonistas emergem como ações que problematizam as condições de trabalho destas e da categoria, tornando pública as condições insalubres e de exploração vividas por elas, chegando ao ponto de terem problemas de audição.

Na segunda nota são feitas denúncias ao “Bode” pelo setor escriturário da Telemig, à maneira das telefonistas, onde esses trabalhadores também denunciaram a más condições de labor que prejudicavam a sua saúde por uma estrutura mal planejada e inapropriada que a empresa disponibiliza aos trabalhadores.

O ambiente hostil à saúde do trabalhador foi uma das preocupações percebidas no “O Bode Berra”. Assim, preocupado com os problemas de saúde dos diferentes trabalhadores e

⁶¹ Jornal O Bode Berra, nº. 11, jun. de 1981. p. 8.

⁶² Jornal O Bode Berra, nº. 82, 2ª quinz. de mai. de 1986. p. 7.

de diferentes setores que emergiram nas denúncias do periódico, o Departamento de Saúde, responsável por organizar as campanhas de prevenção e de apoio à saúde do trabalhador, elaborava orientações contra esses males para o debate nas páginas do periódico e se embasava na legislação aprovada pelo Ministério do Trabalho que faz referência à segurança e medicina do trabalho. A Norma Regulamentadora nº. 4 (NR-4) define a obrigatoriedade de “*Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho*”⁶³ em empresas públicas ou privadas que sejam regidas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Somente em 1978, começaram a ser estabelecidas Normas Regulamentadoras para auxiliar o Ministério do Trabalho na fiscalização dos assuntos referentes à saúde do trabalhador. Contudo, percebo que é a partir das discussões no ambiente de trabalho, dos problemas sentidos no cotidiano de cada trabalhador que começam a emergir demandas que foram legitimadas pelo mesmo Ministério.

Em uma das entrevistas realizadas na sede do SINTTEL, em Belo Horizonte, tive a oportunidade de conversar com a Sra. Ruth de Lurdes da Conceição Costa, diretora do Departamento de Saúde do SINTTEL-MG, sobre essas tensões e dificuldades em torno da saúde do trabalhador. Quando perguntada sobre o que são as mudanças que as empresas deveriam fazer para adequar o ambiente de trabalho às NR's e quais as conseqüências para os trabalhadores, a Sra. Ruth Costa reflete:

Essas mudanças prevêm a adequação do mobiliário, espaço físico, climatização... tem toda uma norma, ela é bem detalhada nesse sentido, sabe! E eu acho que vai dar uma melhorada. Porque hoje você vai nos “*call center*” por ai e têm pessoas trabalhando até em cadeira de bar, essas cadeiras de bar, de ferro. Por incrível que pareça a gente já encontrou até isso! Assim, totalmente inadequado pras pessoas trabalhar [...] Então, as pessoas não têm, assim, aquela liberdade de levantar da cadeira pra ela dá uma esticada, é igual robô mesmo. Essa norma veio melhorando tudo isso, sabe!! Então, de certa forma, essa norma vai dar uma melhorada... não é a ideal, ainda falta muita coisa pra gente lutar e conquistar, mas, pelo menos, eu acho que já foi um ganho significativo.⁶⁴

A Sra. Ruth Costa passou a fazer parte do grupo de trabalhadores da Telemig ainda em 1985. Dez anos depois, era a diretora do Departamento de Saúde do SINTTEL-MG, lugar em que permaneceu até julho de 2007, quando da eleição de uma nova diretoria para o sindicato.

⁶³ Disponível em: < http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/1983/p_19831027_33a.pdf>. Acessado em 05/02/2009.

⁶⁴ Entrevista realizada com a Sra. Ruth de Lurdes da Conceição Costa, diretora do departamento de Saúde, na sede do SINTTEL no dia 11/06/2007.

Na entrevistada, ao referir-se às NR's, estabeleceu um ganho para a categoria que está relacionada às condições ergonômicas, como é o caso da NR-17 que prevê melhorias no mobiliário para as telefonistas. A utilização de “cadeira de bar” para um trabalhador que passa toda a jornada de trabalho sentado seguramente acarretará em problemas motores e mesmo na LER (Lesão por Esforço Repetitivo) por haver uma má postura por longo período de tempo.

Nesse sentido, fica evidente que a questão de um ambiente de trabalho saudável esteve, sim, nas pautas de reivindicação dos trabalhadores telefônicos mineiros. Mônica Xavier de Medeiros ao discutir as vivências de metalúrgicos na cidade de São José dos Campos, em São Paulo, define que as reivindicações tinham também:

As pretensões do dia-a-dia de metalúrgicos, que lutavam pela constituição de um ambiente agradável no local de trabalho onde também se pleiteia direito ao café com leite (e açúcar), tempo para o banheiro, sabão para lavar as mãos, descanso após o almoço, papel higiênico, limpeza tanto nos banheiros quanto no refeitório. O sujeito não se constitui apenas nos grandes movimentos, tendo necessidade de lutar pelo seu dia-a-dia.⁶⁵

Entendo que o trabalho de quem resolve dedicar-se à sua categoria profissional precisa ser um processo ininterrupto de lutas e mobilização e a Sra. Ruth Costa reafirma isso quando elabora que “*ainda falta muita coisa pra gente lutar e conquistar*”. Isto se deve ao fato que os embates dos trabalhadores são evidência da expressão dos processos de dominação e resistência que eles vivenciaram no cotidiano das relações entre o capital e as forças de trabalho. O conflito de interesses entre projetos políticos distintos é fundamental para buscar o entendimento das transformações dessas relações e suas atribuições na vida dos trabalhadores.

⁶⁵ MEDEIROS, Mônica Xavier de. **Bom mesmo é ser metalúrgico**: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos-SP. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 46.

CAPÍTULO 2

SÁTIRA, HUMOR E IRONIA: LINGUAGEM E RESISTÊNCIA.

As discussões do capítulo anterior tiveram a preocupação de analisar os modos com que os trabalhadores perceberam e interpretaram as mudanças ocorridas nas suas ações de luta a partir de uma nova postura de atuação política que disputou o SINTTEL-MG no início da década de 1980. Principalmente, quanto às discussões dos variados sujeitos que viveram estas transformações e que compuseram modos particulares de se pensar as relações dos trabalhadores com as empresas de telecomunicações. Além disso, foi problematizada as urgências próprias de setores distintos dessas empresas, mas inseridos em uma mesma lógica de controle do trabalho por que passavam os telefônicos.

Já neste capítulo, o mote ainda está em analisar esse momento vivido pelos trabalhadores, contudo o objetivo fundamental é discutir práticas políticas dos trabalhadores no interior das relações de trabalho enquanto resistência às ações hierárquicas e ausência de direitos denunciada pelos próprios trabalhadores.

A categoria de trabalhadores do SINTTEL-MG, a que me refiro, foi estabelecida enquanto uma heterogeneidade de trabalhadores locados em diversas funções específicas, distanciadas umas das outras por uma estratégia do capital em afastar das discussões o conjunto vasto de trabalhadores. Assim, as linguagens registradas no “O Bode” procuraram dialogar com essa heterogeneidade de trabalhadores e interesses como modo de debater publicamente as tensões do dia-a-dia no ambiente de trabalho.

Para ampliar as discussões acerca das denúncias e projetos dos trabalhadores para um ambiente de trabalho sadio o presente capítulo busca discutir a linguagem irônica e cômica elaborada no “O Bode Berra” como modos de lutas e resistências dos trabalhadores contra o autoritarismo das chefias das empresas de telecomunicação em Minas Gerais.

Importa abordar os modos com que essas diversas linguagens são articuladas enquanto práticas de contestação dos trabalhadores para elucidar os meios em que estes sujeitos

elaboraram seu modo de contestação, demonstrando seus sentimentos, valores e anseios vivenciados no ambiente de trabalho.

Como insistem os linguistas, a linguagem não é um mero instrumento neutro que serve para comunicar alguma coisa que já existe independentemente dela. A linguagem faz parte das instituições culturais com que nos encontramos ao sermos socializados. [...] Ela é condição tanto no sentido de que nos “condiciona”, nos inscreve num sistema já dado, quanto no sentido de que constitui um meio para alcançarmos outras realidades, ainda não dadas.⁶⁶

Por esta não neutralidade e por compor as “*instituições culturais*” a que estamos imersos, as linguagens nos auxiliam enquanto produção de significados sensíveis à estes trabalhadores que agiram e fomentaram transformações no ambiente de trabalho e que devem ser problematizadas. A linguagem cômica sinaliza para um modo de reivindicação muito particular por elaborar sua crítica a partir de atitudes intransigentes que estiveram presentes no ambiente de trabalho e que, por meio da ironia e do riso, são criticadas de forma ácida pelos personagens forjados para este fim.

A partir disso, serão analisados os personagens, criados como meio de se discutir as relações existentes no ambiente de trabalho dos telefônicos. É importante refletir também que esses personagens que discutirei adiante foram inventados pelos produtores do periódico para problematizar situações vividas nas relações de trabalho dos telefônicos mineiros.

No “O Bode Berra”, na década de 1980, foram criados três personagens para se fazer a crítica a determinadas atitudes por que passavam os trabalhadores no ambiente de trabalho e até mesmo em seus lares, que são: “O Poderoso Chefinho”, “Os Home” e “Zizi, a telefonista”.

A veiculação das sátiras “O Poderoso Chefinho” e “Os Home” remontam de forma crítica as posturas autoritárias da chefia das empresas quanto às restrições no ambiente de trabalho. Com comportamento explosivo e ao referirem-se simbolicamente à Hitler, com uma de suas marcas, o bigode, o “chefinho” e o “home” são figuras que buscam a todo o custo explorar o trabalhador numa clara comparação a um regime totalitário como lugar do não-diálogo, de mando (do patrão) e obediência (do trabalhador). Esta postura choca-se com o momento político de lutas dos trabalhadores em que estes se reconhecem enquanto sujeitos possuidores de uma de ação política e conteste aos “chefinhos”.

Contudo, há que ressaltar diferenças entre esses personagens. O Poderoso Chefinho é extremamente explosivo em suas atitudes e tem uma proximidade muito grande com os trabalhadores, ou seja, este personagem está relacionado diretamente no interior das relações

⁶⁶ SADER, Eder. op. cit. p. 57.

de trabalho, como se ele representasse a chefia imediata do trabalhador e constantemente em contato com eles.

O personagem chamado “Os Home” foi criado para designar ações de proprietários das empresas que prestam serviços às Teles e que ocorrem de modo exterior às relações de trabalho dentro da empresa, sobretudo porque seu contato com o trabalhador não é valorizado como uma ação freqüente. Este personagem possui menor periodicidade na década de 1980, já que suas discussões só ocorreram a partir da segunda metade do ano de 1988.

Já a personagem “Zizi, a telefonista” representa uma trabalhadora do setor de atendimento telefônico com atitudes que refletiam sua conscientização, mostrando-se discordante de atitudes autoritárias, vindas da direção da empresa, que buscavam restringi-la à seus direitos. O efeito cômico desta personagem está na postura astuta com que a trabalhadora enfrenta as tensões do seu cotidiano.

Para além de se discutir a linguagem da charge nela mesma, interessa perceber também um pouco mais sobre sua inserção nas discussões do “O Bode”. Como se constituiu? Porque o fizeram?

Com esta preocupação reporteime acerca da construção desses personagens ao Sr. Carlos Fernandes da Costa para ampliar o diálogo com estas questões, o que dificilmente se pôde perceber na análise do periódico. Assim, após referir-se sobre a criação do periódico, o Sr. Fernandes refletiu também sobre o por quê elaborar a linguagem cômica para, além de simples ilustrações para as reportagens, forjar uma linguagem diferenciada, direta e interessante para a diversidade de trabalhadores do SINTTEL-MG, sem perder de vista as denúncias, que eram o fundamental a ser elaborado em conjunto com os trabalhadores.

[...] e no jornal, além do editorial, além da parte informativa, nós criamos charges... por um chargista pra trabalhar com essa questão do humor para fazer denúncias. Foi criado o “poderoso chéfinho”, que era temido pelos poderosos chéfinhos, porque a gente denunciava mesmo, sem dó! Quando tinha uma denúncia então a gente apurava pra ver se tinha consistência; a gente também tinha essa preocupação de nunca fazer uma denúncia que era vazia. A gente sempre apurava, checava... se tinha coisa aí, não tinha perdão! Colocava o mais forte possível.⁶⁷

A constituição das charges (uma linguagem em que a escrita não é o foco, mas, sim, a sátira e a ironia que os contornos de um desenho podem assumir) estabeleceu mais uma possibilidade de ação e intervenção dos trabalhadores em suas discussões por melhores condições de trabalho/vida.

⁶⁷ Entrevista com Carlos Fernandes da Costa, op. cit.

O humor é entendido como um modo de denúncia e não como um “fazer rir” desprovido de intenções. Assim como as reportagens do “O Bode”, as charges eram ações políticas de reivindicação de direitos, porém possuem a característica de levarem sua discussão por meio de uma produção sintética, se observado o desenho, e ampla, ao procurarmos seus significados no cotidiano dos trabalhadores.

O riso, o cômico, só tem sentido no momento em que as situações em debate fazem parte da realidade daqueles que a viveram e/ou que se identificam com a realidade desses trabalhadores. Tendo, ainda, como fundamental a preocupação e a responsabilidade dos diretores do sindicato e dos trabalhadores denunciadores, quanto a veracidade das inquietações que são denunciadas, como meio de não se enfraquecer as ações de mobilização e intervenção operadas a partir do SINTTEL. E são a estes modos de se fazer o humor com responsabilidade que tratamos as charges forjadas no “O Bode Berra”.

A partir das considerações do Sr. Fernandes, entendo que a análise da imagem requer um maior aprofundamento de leitura do ambiente de trabalho dos telefônicos, ainda que a simples observação da constituição da charge seja, na maioria das vezes, apreendida rapidamente e isso só não basta. Há que se extrapolar a etapa da mera observação.

O problematizar as charges no “O Bode Berra” tem sentido quanto se objetiva construir uma possibilidade de entendimento da leitura dessa linguagem que possa conferir maior visibilidade às urgências no cotidiano dos trabalhadores, construindo, desse modo, um olhar não mais descompromissado ou condicionado, mas indagador e atento; olhar de quem quer apreender, compreender e posicionar-se ante os problemas tratados no periódico.

Uma questão que se coloca para o historiador é observar quem produz uma dada linguagem, para quem produz, como a produz e que a domina. Tudo isso coloca a questão da luta pelo direito à expressão e da luta dos dominados pelo direito de se apresentar na cena histórica como sujeitos. Daí decorre para o historiador a necessidade de não ver a linguagem como neutra ou “despolitizada”, mas pensada “dependendo de um mercado, garantindo certas modalidades de relações sociais e colaborando na constituição de certa memória”. Pensar separadamente história/linguagem levaria a situar separadamente história, linguagem, ideologia, poder, trabalho etc.⁶⁸

Como defendem as pesquisadoras da PUC de São Paulo, é fundamental perceber as intenções que os produtores do periódico possuem nas discussões que são elaboradas pelas fontes das quais estamos analisando. Assim como é interessante fazer tal abordagem nos periódicos de grande circulação é imprescindível tal preocupação também na Imprensa

⁶⁸ VIEIRA, Maria do Pilar de A.; PEIXOTO, Maria do Rosário da C.; KHOURY, Yara M. A. op. cit., p. 20.

Operária elaborada enquanto preocupação com os trabalhadores, como é o caso do “O Bode Berra”.⁶⁹

As análises que se seguirão das charges possuem esta preocupação e revelam ainda reflexões sobre as memórias produzidas por esta imprensa operária, sobretudo quanto as tensões vivenciadas na década de 1980, onde houve a atenção em perceber a intervenção direta dos trabalhadores das Teles em seu ambiente de trabalho, o que demonstra a preocupação em mostrarem-se ativos nas disputas exercidas nos conflitos pelo acesso e permanência da categoria em condições de trabalho/vida por eles em discussão.

Por isso, a ênfase no significado de sujeito social e em estabelecer suas próprias versões quanto ao que viveram no ambiente de trabalho, denunciando, assim, que houve injustiças, abusos de poder e administrações omissas quanto às suas urgências. Assim, reflito também sobre uma noção muito cara à historiografia social que é o “termo ausente em Marx”: a “experiência”, para usarmos os termos de Edward Thompson:

Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.⁷⁰

Ao tomar as reflexões de Thompson para se perceber modos da construção do agir dos trabalhadores, o que se procura valorizar são suas ações e experiências ativas no relacionamento com as empresas de telecomunicações e como elas compõem o acervo de linguagens discutidas pelos trabalhadores que não se encontravam somente no ambiente de trabalho, mas que os formam enquanto sujeitos no viver social.

Nesse sentido, a linguagem elaborada não foi, nem poderia ser, “despolitizada” - para usar o termo de Vieira, Peixoto e Khoury - por estarem em discussão exatamente ações que são contestes à empresa e que nos oferecerem indícios para pensar a elaboração dos reportes e da linguagem satírica das charges como comprometidas com as lutas não apenas de uma diretoria sindical, mas de toda a categoria que entende fazer parte deste ambiente privilegiado de discussão.

As diferentes linguagens – e inclui-se aí o cômico, as charges – compuseram a realidade social experimentada pelos trabalhadores em suas relações entre “iguais” e, também,

⁶⁹ Preocupação refletida desde o 1º capítulo deste trabalho monográfico.

⁷⁰ THOMPSON, E. P. op. cit. p. 189.

com as chefias e auxiliam a expressar cenas de um cotidiano que revelam a tensão de determinados momentos vividos no ambiente de trabalho.

O trabalhar a memória impressa – que é o periódico – e a linguagem cômica tiveram importância para se ampliar a compreensão dos sentidos construídos pelos trabalhadores a partir de suas urgências e conquistas para a categoria, não só financeiramente, mas, sobretudo, sob forma de organização desses trabalhadores para o embate contra imperativos que buscassem onerar os interesses dos trabalhadores.

As charges se inserem, neste momento, com uma linguagem produzida enquanto parte da cultura desses trabalhadores construídas e significadas segundo suas próprias experiências e vinculadas à grande diversidade de trabalhadores que compõem a categoria dos telefônicos – trabalhadores de redes, telefonistas, secretariado etc. Com isso, a possibilidade de discussão das querelas vividas pelos trabalhadores possuiu rápida aceitação, sobretudo, porque as discussões elaboradas pelo chargista são contempladas pelos reportes do jornal, o que enriquece o debate que se queria construir entre a diretoria sindical e sua base.

Entendida como fonte e registro histórico, a imagem, assim como todas as demais fontes, não é o retrato de uma verdade, nem a representação fiel de eventos ou objetos históricos. Ao contrário, são registros, fontes, versões; são construções de um presente localizado e enquanto registros são resultados de escolhas, seleções e olhares de seus produtores.

Deste modo, uma das discussões existentes no periódico referiu-se a críticas e denúncias da exploração do trabalho, com jornadas de trabalho que lesavam física e emocionalmente as telefonistas, sob a bandeira de se buscar uma maior produtividade nas empresas de telecomunicações. Assim, os produtores do “O Bode Berra” buscaram construir a imagem satírica com as charges para provocar nos trabalhadores a reflexão quanto às ações vivenciadas no dia-a-dia da empresa.

FIGURA 4



Jornal O Bode Berra, nº. 1, de jul. de 1980. p. 8.

Na charge acima, a personagem “Zizi” demonstra o quão desgastante é a jornada de trabalho da telefonista, onde, após o dia de trabalho, é refletido o cansaço mental da trabalhadora em sua casa, demonstrado pela expressão facial desgastada da mesma e pela troca dos alimentos que ela faz entre seus filhos e os animais da casa, causada pelo excesso de trabalho, ou, como aponta o filho: “sobrecarregou o circuito!”.

Esta charge não esteve, no periódico, desconectada das reportagens escritas. Antes de ser veiculada houve uma discussão da necessidade de se diminuir as horas de trabalho dessas profissionais, especialmente pelo desgaste proporcionado pela atividade. Com o título “A luta pelas 6 horas”, foi discutida a vitória do sindicato para a diminuição da jornada de trabalho para 6 horas diárias como uma das urgências para a melhoria da qualidade de vida dessas trabalhadoras.

A jornada de trabalho de seis horas diárias para as telefonistas foi uma importante conquista do Sinttel de Minas Gerais e serve como exemplo da nossa força [...] o sindicato lutou na reivindicação pelas seis horas e realizou inúmeras reuniões com telefonistas, em Belo Horizonte e no interior.⁷¹

O que emerge da situação vivida por “Zizi” não poderia ser entendida fora da sua condição de mulher, mãe e telefonista. A ironia que o chargista estabelece devia ser apreendida pelas telefonistas enquanto particularidade do cotidiano das trabalhadoras, são

⁷¹ Jornal O Bode Berra, nº. 1, jul. de 1980. p. 8.

urgências próprias que as identificam enquanto grupo específico de trabalho e ação, que compõe a categoria dos telefônicos mineiros. Porém, as reflexões elaboradas para este setor não desconsideravam a luta de todos os demais trabalhadores em telecomunicações, pelo contrário, possibilitou-me perceber elementos que identificavam problemas específicos nos mais variados modos de trabalho e que identificavam os trabalhadores organizados pelo SINTTEL-MG enquanto uma categoria específica e com lutas específicas.

[...] pensar o trabalhador como agente social e não apenas como força de trabalho, remete à “complexidade do todo social e às lutas que nele se verificam, imprimindo-lhes a dinâmica”. Dessa forma, a dominação do elemento operário não ocorre apenas dentro da fábrica, mas também fora dela.⁷²

Os efeitos dessa exploração para além do local de trabalho, da empresa, foram estabelecidos no ambiente familiar da personagem. A necessidade de alteração na jornada de trabalho foi uma reclamação que extrapolou o trabalho na empresa indo ao encontro de uma diminuição sensível na qualidade de vida e na saúde da telefonista.

Esta discussão que emergiu da análise da charge quanto à relação de exploração vivida por “Zizi, a telefonista” refletiu o desgaste da jornada de trabalho no seu viver, para além dos limites da empresa, sobretudo, ao considerarmos a dupla jornada de trabalho vivenciada por telefonistas que eram mães e necessitavam sair de suas casas para trabalhar. Ademais das preocupações com ações realizadas no ambiente doméstico, como a necessidade de creche para os filhos e todo o trabalho de manutenção dos seus lares, as trabalhadoras ainda conviviam com longas jornadas de trabalho dentro da empresa, diminuindo o tempo destinado ao descanso e ao convívio familiar⁷³.

A citação elaborada pelas pesquisadoras da PUC-SP, supracitada, poderia ser atribuída aos demais setores de trabalho das empresas de telecomunicação, sobretudo por se referirem não apenas à exploração física e emocional do trabalhador na empresa, mas indo ao encontro de uma relação que não admitia a separação entre o “tempo do trabalho” e o “tempo da vida”⁷⁴. Podemos identificar estes “tempos” como um dos pilares das lutas sociais que buscavam, além das reposições salariais (em tempos de grande inflação), um olhar mais preocupado àqueles em que a dedicação ao trabalho foi, muitas vezes, maior que a dedicação à própria vida e/ou à família.

⁷² VIEIRA, Maria do Pilar de A.; PEIXOTO, Maria do Rosário da C.; KHOURY, Yara M. A. op. cit. p. 47.

⁷³ Esta foi também uma preocupação debatida por: SADER, Eder. op. cit. p. 85-107.

⁷⁴ Sobre esse assunto, ver: ALMEIDA, Antônio de. op. cit. p. 29-33.

As charges que aqui estão sendo discutidas são imagens construídas e que possuem historicidade, que estão associadas à outros registros, informações e interpretações das vivências desses trabalhadores localizados no tempo e no espaço demarcando suas lutas e reclames.

Por isso, a preocupação em transmitir sentidos a serem interpretados pelos leitores do “O Bode” por meio dessa linguagem irônica esteve relacionada em se perceber quais elementos foram forjados nesta prática, objetivando fazer uma crítica interna à charge, referente às intenções do chargista quanto as características físicas elaboradas por ele, para, posteriormente, analisar o desenho para além dos significados mais imediatos, isto é, fazer sua crítica externa, que seja perceber as intenções e sentidos do autor na elaboração da reflexão na charge.

A análise feita pelos trabalhadores das Teles (para os quais foi elaborado “O Bode Berra”, ainda na década de 1980) e por nós pesquisadores (que nos debruçamos sobre as ações dos agentes que produziram esses registros de memórias que estão impressas) importa por ser instrumento fundamental para a compreensão dos processos de (re) conhecimento de uma dada realidade, seja representada e constituída pela dimensão imagética das charges, seja pelas construções registradas para os trabalhadores nas discussões escritas no periódico sindical.

O que procuro evidenciar aqui está relacionado à abrangência que as charges elaboradas no “O Bode Berra” possuem em seus modos de discussão da realidade desses trabalhadores, principalmente por seu caráter sintético e fortemente atrelado à criatividade de quem a compõe. Assim, quando o Sr. Fernandes, no trecho da entrevista transcrito no início deste capítulo, diz que, após a apuração da procedência das denúncias recebidas pelo sindicato, estas eram colocadas “*o mais forte possível*” pode-se perceber que o modo de se operar a denúncia sobre a exploração imposta ao trabalhador – além dos autoritarismos da chefia – possuíram, na maioria das vezes, a intenção de se ridicularizar a postura da chefia.

O rir de uma situação, mesmo que hipotética, onde os “poderosos chefinhos” procuram, sem sucesso, intimidar o trabalhador é um dos modos de se esvaziar e lutar contra tal “autoridade”. Além de fazer pressão para que estas atitudes no ambiente de trabalho não sejam entendidas enquanto um ato “natural” das chefias, mas como atribuição negativa e que pode vir a constranger o trabalhador.

FIGURA 5



Jornal O Bode Berra, nº. 9, abr. de 1981. p. 7.

Nesta charge, a maneira criativa de demonstrar as pressões pela diminuição dos custos de materiais básicos da empresa extrapolou as relações de trabalho e a preocupação com a produção da empresa, indo ao encontro de uma super-exploração social dos dirigentes em busca de uma “economia” que é direcionada apenas às ações do trabalhador e aos seus acessos na empresa, onde se estabeleceu limite no consumo da água para beber e, ainda, em sua própria higiene, sendo taxados de “antipatriotas”, por uma suposta falta de consciência e abuso no desperdício do uso dos materiais da empresa, que é pública, ou seja, que compõe o patrimônio brasileiro.

A composição da personagem também chama a atenção. Os “poderosos chefinhos” foram desenhados um pouco maiores que os trabalhadores, forma elaborados também para se passar a idéia de serem mais pesados, como uma evidência de fartura (principalmente alimentar) em detrimento da magreza do trabalhador, o que indica toda uma gama de restrições (entre elas a alimentar) e dificuldades em conquistar um padrão de vida onde eles pudessem apresentar-se enquanto cidadãos com melhores e amplas conquistas e acessos ao consumo.

Tal autoritarismo das chefias nos anos 1980 nos remete a uma realidade daquele período, e que esteve ainda muito viva no Brasil, que foi o Regime Militar e toda sua herança de mando e hierarquias vigente no país até – oficialmente – aquela década e frequentemente veiculada pelos trabalhadores como uma querela muito sentida e, também, enfrentada.

Esse momento não-democrático que foi a Ditadura expressiu ainda relações de mando e poder elaboradas pelos “chefinhos” referentes ao modo como eles privilegiavam interesses privados na administração das empresas públicas (no caso da Embratel e Telemig) referentes aos cargos de chefia que deveriam ser atribuídos aos trabalhadores que já eram efetivos nessas empresas.

O trem da alegria correu solto na Telemig nos últimos anos. Da mesma forma que os políticos do Congresso, os ministros e os secretários de Estado, a direção da Telemig também andou contratando parentes e apadrinhados políticos. Em junho de 1987, o Sinttel denunciou vários casos de admissão, onde os novos empregados entravam pela porta de trás da empresa, sem prestar concurso e ganhando salários bastante razoáveis.⁷⁵

A crítica elaborada pelo “O Bode Berra” foi direcionada à atitudes de representantes do Governo assim como às chefias da Telemig, que ignoravam procedimentos transparentes e democráticos para a escolha de postos de comando, o que indica que a política de promoções na empresa era feita pela boa relação das chefias com determinado trabalhador, onde os mais resistentes à organização do capital e combativos dificilmente figurariam entre os possíveis promovidos.

E, sobretudo, demonstram também noções não-democráticas que tangenciavam o relacionamento entre empresas e trabalhadores que estavam engendrados nas discussões trabalhadas no jornal. Segundo Evelim Dagnino, ao discorrer sobre a noção de cidadania que emergem nos movimentos sociais, “*afirmar a cidadania como estratégia [política] significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida, portanto por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua continua transformação*”⁷⁶.

Deste modo, entendo que as conquistas pela cidadania e por direitos foram operadas a partir da intervenção direta dos trabalhadores ao oporem-se às atitudes de “poderosos chefinhos”; a manutenção e criação de novos direitos deu-se, apenas, na promoção de lutas e embates. Deste modo, as discussões presentes no periódico demonstram os projetos de trabalho/vida de seus produtores quanto ao que entendiam ser possibilidades de transformações a serem operadas nas relações de trabalho.

São essas discussões que indicam que a atuação dos vários sujeitos que compunham a categoria dos telefônicos mostravam-se como agentes (atores sociais) que não eram meros coadjuvantes nas suas relações com as empresas de Telecomunicação, demonstrando não apenas a capacidade de organização e mobilização da categoria, como também a habilidade

⁷⁵ Jornal O Bode Berra, n.º. 147, jun. de 1989. p. 4. Edição Especial.

⁷⁶ DAGNINO, Evelim. Os movimentos sociais e a emergência de uma noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelim. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 107.

de construir conjuntamente um monumento de memória capaz de situar o historiador em querelas dificilmente sentidas por meio de análises da chamada “história oficial”.

As disputas operadas com a linguagem cômica estabeleceram que as lutas nos ambientes de trabalho foram muito mais que disputas por aumento salarial – e considero esta, ser uma luta legítima – e vão ao encontro de melhorar seu ambiente de trabalho e o relacionamento interpessoal com colegas, diretoria, enfim, com todos os que compunham o ambiente de trabalho. Assim, destaco que são nas relações e enfrentamentos dos trabalhadores, enquanto sujeitos sociais mediadas pela cultura, que se constituíram experiências que dão sentido ao que foi tratado por este meio de intervenção e resistência, que é o periódico, instituído por e para os trabalhadores, onde as charges compõem esse arsenal de mobilização.

Considerando essas linguagens elaboradas por meio do desenho como formas de registros, estas circunscreveram-se como *locus* da representatividade daquele cotidiano vivido pelos trabalhadores na década de 1980 e se caracterizavam como uma das formas criativas de analisar, revelar e desvelar a realidade.

Enquanto registro humorístico, possibilitou ainda o recriar de situações sociais pelo viés satírico, desvelando, pelo humor, vivências cotidianas ou situações típicas que na *praxis* social apareciam mascaradas, mas que se quer discutidas no ambiente de trabalho como uma prática política.

FIGURA 6



Já o personagem “Os Home”⁷⁷ foi debatido no “O Bode Berra” somente no final da década de 1980 e apresenta poucas charges, contudo a discussão que é elaborada com ele são pertinentes quanto a imagem de trabalhador e patrão que são pensadas no SINTTEL-MG.

A charge elaborada no ano de 1988 – ano da promulgação da Constituição Federal – sugeriu que fosse feito um pacto entre empresas e trabalhadores, como uma proposta desse mesmo do período em que buscavam discussões democráticas para os momentos finais da escrita da nova Constituição. Deste modo, foram expressos os sujeitos em questão: o empresário e o trabalhador. Assim, se caracteriza o que Silva chama de “elementos de uma retórica da visualidade”:

Valorização de tamanho (pequeno significando frágil, grande como símbolo de força), fixação de significados para lugares (o alto como parte de força e dominação, as partes inferiores como espaços do submisso e oprimido) e expressões faciais e corporais indicando uma leitura de situações – olhos esbugalhados, cabelos eriçados, mãos crispadas, etc. Essa definição simbólica de gestos e lugares é importante elemento das crises provocadas pelo objetivo risível da imagem, visando provocar os deslocamentos de onde emergem os efeitos humorísticos.⁷⁸

Com a influência das análises de Marcos Silva, percebi traços nas charges do “O Bode Berra” que revelaram características de humor que se referem ao que o autor configura como essa “retórica da visualidade”. No caso do periódico sindical, o empresário ocupa até mesmo um maior espaço na charge, ele apresenta-se de cabelo cortado, barba bem feita, aparentemente bastante forte, usando roupa social e com um discurso muito bem elaborado propondo não pensar em “*interesses particulares*” em prol de melhorias para o país; já o trabalhador, apresenta-se, de fato, despojado mesmo de suas roupas, com cabelos e barba grandes e muito magro, sugerindo ao trabalhador que lê a charge o questionamento quanto ao que mais ele pode oferecer para tal “pacto”?

O modo como se apresentavam os sujeitos em questão muito tem a nos informar quanto às imagens de trabalhadores e de empresários que foram veiculadas naquele momento. A linguagem da charge trata de estabelecer uma alegoria que choque o seu leitor privilegiado com símbolos que remetam ao distanciamento entre as personagens e, assim, a impossibilidade de se pactuar com essa realidade.

⁷⁷ No primeiro quadro da charge está assim escrito: “Nós, empresários, sempre prontos ao diálogo, considerando este momento angustiante, reiteramos nossa disposição para juntos, empresários e trabalhadores, pelo bem do Brasil, nos despojamos de nossos interesses particulares, nos despirmos de imediato e...”; no segundo quadro, um mediador diz: “Agora, com a palavra o trabalhador”; e no terceiro quadro o trabalhador: “Bem...”.

⁷⁸ SILVA, Marcos A. da. **Caricata República** – Zé Povo e o Brasil. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 59.

Esse exemplo de diálogo com linguagens artísticas participa da codificação generalizada do espaço pelo humor visual, estabelecendo marcos de degradação nas próprias tradições de visibilidade, apontando para seus nexos de organização e operando sobre alguns deles para atingir o efeito humorístico. [...]

A ocupação do espaço no humor visual, assentada nessas orientações, estabelece uma permanente comparação entre mundo imaginário e mundo vivido, apresentando o primeiro como instrumento privilegiado para a indagação sobre o outro e sugerindo sua recíproca pertinência.⁷⁹

Segundo Marcos A. Silva, em seu trabalho de análise das construções de charges do início do século XX, o efeito do humor tem associação no deslocamento do uso de certos objetos – como é o caso do uso dado ao barril, me que o trabalhador o está usando como vestimenta, porém seu uso cotidiano é o de armazenar alimentos – para demonstrar um outro nexos inesperado, estabelecendo, no caso, o uso do barril como vestimenta, sugerindo que o trabalhador não possuía sequer o suficiente para adquirir suas roupas.

As implicações deste tipo de linguagem, que possui o efeito irônico e cômico como principal meio para a discussão, estão associados ao que Silva nos propõe a analisar que é a “*comparação entre mundo imaginário e mundo vivido*”⁸⁰, ou seja, o interlocutor percebe sua familiaridade com o que foi proposto nos primeiros quadrantes da charge – porque tal situação faz parte do seu mundo vivido – e o desfecho que traz o efeito cômico é a reação que a personagem-heroína estabelece com essa mesma situação e que, dificilmente, seria vivida pelo trabalhador tal como aparece na charge – o mundo imaginário –, como sugere a próxima charge.

⁷⁹ Ibid., p. 58.

⁸⁰ Ibid., p. 57- 60.

FIGURA 7



Jornal O Bode Berra, nº. 16, nov. de 1981. p. 8.

Nesta discussão, é importante observar que a personagem “Zizi” não demonstra claramente um motivo para se fazer a troca de horário – como demonstra a charge –, apenas faz a solicitação da troca. Contudo, tanto na composição de seu desenho quanto na chamada da personagem, na parte superior da figura, pode-se verificar a intenção do chargista em sugerir que a mesma encontra-se gestante, o que já seria motivo suficiente para provocar o aceite de sua solicitação, mas não é o que acontece!

Do outro lado da mesa, o “chefinho”, entende a solicitação de “Zizi, a telefonista” como sendo um ‘favor’, uma concessão em que ele decide, a partir de critérios próprios e subjetivos, se dá ou não à “funcionária” o benefício de troca de horários, ao invés de entender e interpretar o pedido de “Zizi” sob a ótica do cumprimento da lei. Nesse sentido, o que é fundamental para a discussão na cena não são favores ou concessões por parte das chefias, mas sim, o direito assegurado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – em se fazer a permuta de horários, desde que siga o que manda esta lei em seu artigo 230, § 1º:

Aos empregados que exerçam a mesma função será permitida, entre si, a troca de turmas, desde que isso não importe em prejuízo dos serviços, cujo chefe ou encarregado resolverá sobre a oportunidade ou possibilidade dessa medida, dentro das prescrições desta Seção.⁸¹

⁸¹ Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del5452.htm>>, acesso em 20/04/09.

A partir da interpretação da charge, entendo que o ato de atirar o livro aberto referente à CLT na cabeça do “chefinho” pode assumir o significado de que a legislação deveria entrar de vez nas atitudes das chefias, tornando o ambiente de trabalho um pouco mais acessível às conquistas dos trabalhadores e distanciando-se, enfim, dos momentos de menor abertura democrática.

Além disso, a ação da personagem “Zizi” incita a reflexão acerca do conhecimento dos trabalhadores quanto a legislação a que estão submetidos no ambiente de labor. Será que se “Zizi, a telefonista” não conhecesse a CLT ela teria tal atitude? Como será que o trabalhador se comportava em situações semelhantes?

Nas discussões sobre o ambiente de trabalho logo antes da charge, ora em discussão, houve a preocupação em estabelecer o que a diretoria sindical, empossada há um ano – em julho de 1980 –, preocupava-se em dialogar com a base de trabalhadores. Deste modo, a preocupação em garantir que os direitos previstos na lei e que favoreciam a categoria fossem seguidos esteve como uma das ações primordiais para a nova organização dos trabalhadores.

O que o sindicato está tentando fazer é garantir que os direitos mínimos dos empregados, o que está na lei, na CLT, seja cumprido. Mas tem havido uma reação muito violenta por parte de certas chefias, que acham que exigir os direitos estabelecidos na lei já é uma rebeldia, uma insubordinação.⁸²

A formação da charge ocorria a partir do ambiente de trabalho, das denúncias dos trabalhadores ao sindicato quanto aos acessos autoritários dos “chefinhos” e são à estes mesmos trabalhadores que são destinados suas reflexões. O fundamental é que haja identificação entre os leitores do “O Bode Berra” com o que é discutido no periódico e que esta discussão atravessasse as fronteiras do sindicato estabelecendo diálogos com as experiências desses trabalhadores.

Em outros momentos da publicização das charges, a crítica foi elaborada contra as atitudes das chefias que estiveram relacionadas às intenções destes em desmobilizar os trabalhadores em suas reivindicações por meio de estratégias que os representantes das empresas formulavam contra a crescente atuação do sindicato. O contato entre diferentes posturas de mando nas empresas de telecomunicações colocou em debate as transformações de ações e perspectivas dos “chefinhos” em relação às transformações do relacionamento entre as empresas e o sindicalismo combativo que emerge na década de 1980.

⁸² Jornal O Bode Berra, nº. 16, nov. de 1981. p. 8.

FIGURA 8



Jornal O Bode Berra, nº. 56, 1ª quin. de nov. de 1984. p. 7.

Nesta charge do “O Poderoso Chefinho” não são relacionadas imagens dos trabalhadores, mas, apenas uma situação de conversa entre “chefinhos”, onde um deles possui o curioso nome de “Vaselino”, fazendo referência a um material viscoso e escorregadio, e estabelece um diálogo onde são apontados métodos “modernos” de se contrapor aos trabalhadores, que seja não ir contra todos os seus interesses para possibilitar a desmobilização dos mesmos. Já o chefinho “tradicional”, acostumado com uma postura de intransigência com o trabalhador, mostra-se insatisfeito com o método do seu colega, mesmo entendendo que o “novo” modo de cooptação possa apresentar bons resultados.

A denúncia que é aqui operada mostrou-se muito significativa, sobretudo, por indicar um modo de aliciamento do trabalhador enquanto estratégia para estabelecer o controle social no seu relacionamento com a empresa, onde haveria o intento de se submeter o trabalhador às diretrizes que convierem aos “chefinhos”.

O personagem “Vaselino” foi apresentado como o “novo” quanto à postura de gerenciamento das chefias em meados da década de 1980, como uma proposta que demonstrava alterações no modo de relacionamento das diretorias com o trabalhador, chamando a atenção para a possível desmobilização dos mesmos.

O desenho de humor opera com a colocação de valores e significações em crise, realizando deslizamentos na estruturação de tais valores e significações para desnudar algumas de suas dimensões ocultas. Ele é produzido a partir de uma lógica de prazer que tanto excita quanto dociliza os corpos, numa escala variável de

acordo com os projetos artísticos, culturais, políticos e outros sustentados por diferentes autores.⁸³

Marcos Silva estabelece noções muito caras quanto à compreensão das charges em um sentido de construção social que auxilie o trabalho do historiador por possibilitar analisar enquanto possibilidades de ação em que os “*valores e significações em crise*” nos informam quanto aos problemas que a diretoria sindical e mesmo o chargista percebiam como atos cada vez mais claros e que deveriam ser problematizados com toda a categoria, que era a desmobilização de trabalhadores.

O “ganho” de alguma pequena ‘*benesse*’ da empresa, como um dia de folga, principalmente quando isto ocorre de modo isolado às reivindicações conjuntas dos trabalhadores, incita a um esvaziamento da ação política do sindicato no sentido da atuação e da importância que ele conquistou junto aos trabalhadores enquanto sua instituição de luta e enfrentamento contra os imperativos das empresas.

Estas ações de que trata a charge apontam também para uma dinâmica social de lutas bem demarcadas entre as personagens que se opõem e atuam no ambiente de trabalho e que intencionavam modificar as relações entre a empresa – capital – e o trabalhador.

As charges são registros históricos nos quais esta pesquisa estabelece seus diálogos e discutidas como representações de embates em um passado de luta dos trabalhadores, como representações humorísticas que me permitiu analisar as construções e projetos políticos para seu meio profissional. Perceber como foram construídos sentidos do passado, mesmo de forma irônica, demonstra seus modos de intervenção e discussão de valores e sentimentos que buscavam construir com os trabalhadores sobre seu cotidiano, seus projetos para a categoria, os valores, experiências e expectativas no social. Nesse sentido, sem dúvidas, elas têm valor documental.

Assim, as reflexões de Stuart Hall acerca dessas disputas entre forças concorrentes no tênue terreno da cultura auxilia na compreensão de como se relacionavam as ações dos trabalhadores e dos grupos que se colocavam como dominantes na dinâmica das lutas, onde são constantemente trabalhadas tanto as ações dos grupos dominantes – as chefias – quanto dos trabalhadores, inexistindo extratos autênticos/puros desse relacionamento.

Creio que há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma

⁸³ SILVA, Marcos A. da. O trabalho da Linguagem. In: **Revista Brasileira de História**, nº. 11, vol. 6. São Paulo, 1986. p. 57.

gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural.⁸⁴

A discussão de que trata Hall pode ser identificada na charge anterior onde é explorada a diferença entre as posturas dos “chefinhos”. O “Vaselino” tem a percepção dos embates operados entre empresa e trabalhadores e forja a mudança no relacionamento entre a empresa – que ele representa – e a classe trabalhadora. E é exatamente à esta postura que os produtores do jornal procuravam chamar a atenção e que Hall elabora como sendo a “*dialética da luta cultural*”.

O diálogo com essas memórias inscritas no “O Bode Berra” problematizam o momento e o processo histórico vividos pelos trabalhadores na década de 1980 possibilitando refletir o modo como esses sujeitos sentiam a necessidade de registrar e difundir seus reclames, suas reivindicações, em busca de direitos muitas vezes negligenciados pelas chefias, mas reclamadas pelos trabalhadores como uma conquista em sua dinâmica social de lutas.

A memória dos trabalhadores articulada à essa linguagem característica da charge situa-se enquanto preocupação para se discutir as inquietações desses agentes para percebermos e refletirmos sobre os conflitos existentes no social.

Essas relações no campo da memória são fundamentais para se perceber o quanto esta é trabalhada para se buscar elementos, mesmo que sutis, dos conflitos entre as classes dominantes – as empresas e seus representantes – e os trabalhadores. O apreender do modo como essas discussões foram difundidas é, seguramente, um dos meios mais eficazes de se analisar os processos sociais que disputavam e se relacionavam com as empresas e com a sociedade.

A preocupação em se preservar, dialogar e levar ao debate público as ações combativas destes agentes procurou, aqui, estabelecer um diálogo com essas memórias que estiveram em discussão entre os leitores do “O Bode Berra” em seu ambiente de trabalho, por isso, entendo esses registros como uma memória construída coletivamente e que procurou demonstrar o grau de envolvimento em disputas que os trabalhadores telefônicos experimentaram em seu “fazer histórico”.

Esta preocupação demonstra a importância em se problematizar esse passado de lutas dos trabalhadores a partir de uma ótica no presente, discutindo os sentidos construídos pelos sujeitos deste passado levando em consideração que estes sentidos não estão encerrados neles mesmos e possibilitam diversas elucidações acerca do mesmo, ou, como nos sugere Jean

⁸⁴ HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. SOVIK, Liv (Org.). Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003. p. 255.

Chesneaux: *“É preciso, e isso confunde ainda mais nossos hábitos, tomar consciência do fato de que a reflexão histórica é regressiva, que ela normalmente funciona a partir do presente, na contracorrente do fluxo do tempo, e que essa é sua razão de ser fundamental”*⁸⁵.

A cultura como campo privilegiado dos embates sociais situa-se na fronteira entre o que os movimentos sociais, e nós mesmos, ambicionamos como rupturas e continuidades no fazer e no sentir social. E é, justamente, nesses embates que se observam mudanças nas posturas e comportamentos forjados na sociedade.

Nesse sentido, é válido pensar as charges como linguagem de resistência forjada pela cultura e uma leitura que possibilita a nós, historiadores, aprofundar cada vez mais na compreensão dos processos construídos pelos trabalhadores em um dado momento, possibilitando a observação e análise de discursos não verbais, que de forma irônica e risível, compõem quadros de época, contextualizações, práticas sociais e culturais.

⁸⁵ CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** (Trad. Marcos A. da Silva). São Paulo-SP: Ática, 1995. p. 60.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve por objetivo discutir acerca das experiências dos trabalhadores em telecomunicações em Minas Gerais a partir das transformações no modo de luta desses trabalhadores que buscavam apresentar-se à cena social como personagens capazes de forjar ações políticas para melhorar a vida/trabalho dos telefônicos.

Foi a partir do diálogo com as narrativas orais e com os registros do “O Bode Berra” que pude perceber os modos com que esses trabalhadores se constituíram enquanto sujeitos ativos e que propunham a transformação no seu relacionamento com as Teles.

As muitas memórias que permearam aqui as minhas discussões incitaram-me, ainda, a problematizar e relacionar essas diversas fontes que, na pesquisa, compunham uma parte considerável do cotidiano dos trabalhadores. Não entendo ser possível admitir a análise fracionada do viver desses sujeitos, sobretudo por que o seu fazer-se está relacionado às mais diversas práticas e realizações que os trabalhadores experimentavam no dia-a-dia. Assim, foi possível discutir sobre vestígios de suas ações que são socialmente construídas nas conversas no ambiente de trabalho, durante as discussões realizadas no ambiente sindical, nas páginas do periódico, nas ironias das charges etc.

Esta perspectiva de analisar as relações sociais que esses sujeitos estabeleceram com as ‘Teles’ admite que o “ser trabalhador” é composto por uma multiplicidade de ações e sentimentos que seria impossível esgotar suas possibilidades e potencialidades discursivas em apenas um trabalho acadêmico.

É importante ressaltar que o fechamento desta monografia está longe de ser o encerramento de uma discussão acerca das experiências e memórias desses trabalhadores telefônicos em Minas Gerais. Pelo contrário! Esta discussão é, antes de tudo, uma contribuição ao debate dos fazeres dos trabalhadores no movimento de luta da categoria que intervieram com práticas políticas nas relações estabelecidas em nossa sociedade na década de 1980.

Essa postura, que entende que o social é composto por sujeitos capazes de propor a transformação em seu ambiente de labor reflete o movimento de superação das esquerdas políticas no Brasil que viam no poder central a única forma de mudança nos rumos do país.

As transformações sendo operadas a partir de bases sociais é o que foi privilegiado nesta monografia e dão-nos sinais de que elas rompem com práticas de não-conflito no sindicato de telecomunicações em favor de um outro momento que privilegia os embates sociais em expansão e em direção a uma cultura democrática de trabalho.

Sob esta perspectiva, a possibilidade de trabalhar e interpretar a imprensa operária/sindical, por meio do “O Bode Berra”, contribuiu em minhas análises por demonstrar potencialidades de resistência social dos trabalhadores.

Por isso, entendo “O Bode” como um dos meios de se resistir às práticas da organização do capital, e que consolida seus registros de memória na promoção das organizações de luta, além de fomentar o debate entre os trabalhadores e sua crescente conscientização quanto à sua atuação enquanto sujeitos envolvidos na dinâmica de avanços e retrocessos nos embates sociais.

Sem dúvidas, este debruçar em uma categoria de trabalhadores tão variada e rica de discussões – como são os trabalhadores de empresas de telecomunicações – estimula a continuação de pesquisas que se aprofundem nos modos de organização desses sujeitos para além dos muros da empresa e que discutam o viver dos trabalhadores nas inter-relações construídas nas vizinhanças e, fundamentalmente, no interior das relações domésticas como mote para a discussão de como se forjam esses trabalhadores na luta social.

O trabalho de análise desse rico de material que discute as perspectivas de análise das experiências dos trabalhadores possibilitou-me um maior amadurecimento intelectual, sobretudo por me possibilitar apreender os modos que são forjados relações entre os trabalhadores. Como na análise de linguagens em que a escrita não é o foco, mas a sátira e a ironia que foram propostas nas interpretações das charges. Esse campo de ação dos trabalhadores chamou-me a atenção por também elaborarem críticas e possibilidades de resistência por uma ação transformadora dos trabalhadores.

Além disso, é fundamental destacar esse modo de se entender o humor como meio de denúncia e de perceber as memórias que foram construídas nas ações dos trabalhadores, com a particularidade de levar à discussão os significados atribuídos pelos trabalhadores ao seu cotidiano, por meio de uma construção sintética e de sutilezas que são, ainda, não muito exploradas pela historiografia.

FONTES

Jornal O Bode Berra nº. 0, abril/maio de 1980.

Jornal O Bode Berra nº. 1, julho de 1980.

Jornal O Bode Berra nº. 5, novembro de 1980.

Jornal O Bode Berra nº. 9, abril de 1981.

Jornal O Bode Berra nº. 11, junho de 1981.

Jornal O Bode Berra nº. 16, novembro de 1981.

Jornal O Bode Berra nº. 25, agosto de 1982.

Jornal O Bode Berra nº. 35, julho de 1983.

Jornal O Bode Berra nº. 43, abril de 1984.

Jornal O Bode Berra nº. 56, 1ª quinzena de novembro de 1984.

Jornal O Bode Berra nº. 82, 2ª quinzena de maio de 1986.

Jornal O Bode Berra nº. 121, de 30/08 a 05/09/1988.

Jornal O Bode Berra nº. 129, de 25/10/1988 a 31/10/1988.

Jornal O Bode Berra nº. 147, junho de 1989. (Edição Especial).

Jornal O Bode Berra nº. 147, junho de 1989.

Jornal O Bode Berra nº. 156, de 12 a 25/09/1989.

BRASIL, Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del5452.htm>>, acessado em 20/04/09.

Site do SINTTEL-MG, disponível em:
<http://www.sinttelmg.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=54>, acessado em 20/02/09.

BRASIL, Legislação brasileira, disponível em:
<http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/1983/p_19831027_33a.pdf>, acessado em 05/02/2009.

NARRATIVAS ORAIS

Carlos Fernandes da Costa, aposentado, ex-diretor e membro do Departamento de Aposentados do SINTTEL-MG.

Afonso Dolabela Bicalho Filho, aposentado e membro do Departamento de Aposentados do SINTTEL-MG.

Ruth de Lurdes da Conceição Costa, trabalhadora e Diretora do Departamento de Saúde do SINTTEL-MG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antônio de. Os Trabalhadores e seus Espaços: Cultura, Experiência e Cotidiano nos Estudos Históricos sobre Identidade Coletiva. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela (orgs.) **Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas**. Uberlândia: EdUFU, 2001.

ALMEIDA, Paulo R. de. Política e Organização dos Trabalhadores frente à “Abertura Política” no Brasil dos anos 80. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela (orgs.) **Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas**. Uberlândia: EdUFU, 2001.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: lembranças e experiências de viveres urbanos**. Uberlândia. 1938-1990. Tese (Doutorado em História) Programa de Estudos Pós-Graduados em História. PUC-SP, São Paulo, 2001.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** (Trad. Marcos A. da Silva). São Paulo-SP: Ática, 1995.

DAGNINO, Evelim. Os movimentos sociais e a emergência de uma noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelim. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e cultura popular: história de classe ou história do povo? **História e Perspectiva**, nº6. Uberlândia: EdUFU, jan./jun.1992.

_____. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação. **Projeto História**. São Paulo: Educ, 1985.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo-SP: Ática, 1988.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al* (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D’Água, 2004.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. SOVIK, Liv (Org.). Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003.

MEDEIROS, Mônica Xavier de. **Bom mesmo é ser metalúrgico**: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos-SP. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.

_____. História Oral como gênero. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, nº. 22, São Paulo: EDUC, 2001.

_____. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, nº. 14, São Paulo: EDUC, 1981.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SILVA, Marcos A. da. **Caricata República** – Zé Povo e o Brasil. São Paulo: Marco Zero, 1990.

_____. da. O trabalho da Linguagem. In: **Revista Brasileira de História**, nº. 11, vol. 6. São Paulo, 1986.

THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. O termo ausente: experiência. In: **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIEIRA, Maria do Pilar de A.; PEIXOTO, Maria do Rosário da C.; KHOURY, Yara M. A. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.